ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

RELATÓRIO FINAL DO VIII CONAD

Goiânia, 8 a 9 de outubro de 1983

PAUTA DO VIII CONAD - PROPOSTA DA DIRETORIA

1- REESTRUTURA
1.1 Estratégia em relação ao projeto de lei
1.2 Documento da SESU com as diretrizes de 1984/Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU).
1.3 Consórcios interinstitucionais
1.4 Relacionamento com CRUB, MEC, UNE e FASUBRA
1.5 Avaliação do trabalho docente Lei nº 6.733 - pelo fim da intervenção na Un
1.6 Fundações no interior das IES públicas.

2- MOVIMENTO SINDICAL
2.1 Participação nos congressos
2.2 Relacionamento com a CUT
2.3 Greve geral - 25 de outubro
2.4 GT sobre conflitos trabalhistas

3- LUTAS SETORIAIS
3.1 Autarquias
a) verbas/suplementação
b) movimento dos servidores públicos federais e campanha salarial;
c) política de transição (reestruturação)
d) distorções de carreira, horistas, colaboradores e contratações emergenciais.

3.2 Particulares
a) lutas salariais
b) carreira
c) boicotes estudantis aos aumentos

3.3 Fundações
a) suplementação de verbas
b) Lei nº 6.733
(pelo fim da intervenção na UnB, nas fundações; estudo das fundações; eleição de reitor)
c) campanha salarial
d) sindicalização
e) preparação da pauta do Congresso

3.4 Estaduais
a) democratização
b) luta salarial
c) estatutos

4- III CONGRESSO DA ANDES (data e local)
5- Finanças da ANDES
6- Reativação do grupo de trabalho sobre a questão agrária, conflitos trabalhistas no campo.

PROPOSTA DE CRONOGRAMA

SÁBADO
9h às 10h - Plenária de Abertura (credenciamento, pauta, cronograma)
10h ás 12h - Grupos mistos temas 1 e 2
12h às 13h30 - Almoço
13h30 às 15h - Grupos Mistos temas 1 e 2 - continuação
15h às 15h30 - Lanche
15h30 às 19h - Grupos setoriais tema 3
19h às 20h - Jantar
20h às 21h30 - Grupos setoriais tema 3 - continuação
21h45 - Reunião dos relatores na sala do credenciamento
22h - forró na ASUFEGO

DOMINGO
7h às 8h - Café da manhã
9h às 12h - Plenária de abertura - a questão financeira
12h às 13h - almoço
13h às 18h - Plenária
18h - encerramento

TEMA - Lutas setoriais - Particulares

Tendo em vista as constantes investidas do MEC para a privatização do ensino, a serem impostas já em 1984, conforme Diretrizes de Planejamento para o próximo ano (Documento da SESU), os professores da rede particular, reunidos no 8º CONAD tomaram um posicionamento contra os consórcios institucionais, por meio de uma carta a ser aprovada pela plenária final deste Conselho, considerando tais convênios localizados em que as instituições particulares possam utilizar instalações, bibliotecas, laboratórios e até pessoal docente das instituições públicas, baseados numa provável ociosidade da rede pública, com o falso argumento de preocupação com o nível de ensino da rede particular, vem contra a campanha de ampliação de vagas na rede pública, inclusive no horário noturno, e geraria um descompromisso das mantenedoras em investir na qualidade do ensino particular, sobrecarregando o já reduzido orçamento das instituições públicas, e gerando inclusive desemprego de docentes na rede particular.

Entendemos ser este o primeiro passo para que, no momento em que a ANDES prega um padrão único para a universidade brasileira, o MEC investe numa falsa melhoria para a universidade brasileira, quando o objetivo principal é igualar o ensino das IES públicas e privadas com a finalidade de implantação do ensino pago nas primeiras, tão bem explícito nas diretrizes para 1984, chegando a um "padrão único" contrário do defendido pela ANDES, ou seja, a implantação do ensino pago em todo o ensino superior.

Como conseqüência dessa investida chegaremos a uma elitização do ensino o que vem de encontro com a atual política de recessão imposta ao país, quando se reduzem as oportunidades de vagas, por meio de seleção de cursos, ou até mesmo de fechamento total de alguns cursos considerados deficitários pelo sistema, mas de fundamental importância como infra-estrutura para uma retomada do desenvolvimento brasileiro.

Diante do atual quadro de crise financeira por que passa o país, e se reflete nas IES privadas, principalmente na questão quase generalizada de boicote ao pagamento das anuidades por parte dos alunos, por falta de condição financeira, o setor reafirma sua posição de que o Estado é responsável pela educação e pelo ensino e não pode entregá-lo à comercialização por meio do ensino pago, dando destaque para os seguintes itens a serem discutidos e aprofundados nas bases do movimento docente:

- a questão do ensino público e gratuito no interior das universidades particulares. Como levar adiante essa bandeira de luta?

- mais fácil lutar pelo ensino gratuito do que público, através da solicitação dos recursos públicos já aprovados pelo 7º CONAD, era a condição de que haja uma separação da instituição e mantenedora (empresa de ensino), por meio de uma democratização da instituição sem ilusões, para que a comunidade universitária decida sobre a aplicação dos recursos de que dispõe ou venha a receber de fora.

- importância da troca de informações a respeito dos orçamentos das atuais IES particulares, em função da origem dos recursos: mensalidades, prestação de serviços, hospitais universitários, recursos públicos etc.

- as ADs devem se posicionar quanto aos movimentos dos estudantes por redução das mensalidades, para se tomar um posicionamento unitário em âmbito nacional visto que muitas ADs sofrem um relativo desgaste quando as direções das escolas jogam os docentes contra os alunos, alegando questões salariais.

- criticar a própria gestão da universidade, desvinculando reajuste das anuidades com salário dos professores, de modo que os órgãos colegiados tenham influência na destinação de recursos, a fim de que diante da atual crise as mantenedoras não continuem acumulando recursos.

- Exigir por meio da participação na destinação dos recursos uma negociação dos custos reais do ensino.

Acreditamos que os pontos acima colocados procuram uma saída rela para a atual crise por que passa o ensino superior privado, diante da impossibilidade de se custear o ensino apenas com as anuidades e de modo a que não venha ocorrer uma elitização do ensino que traria profundos reflexos nas necessidades futuras da nação.

RELATÓRIO DO ITEM 3.4
LUTAS SETORIAIS - ESTADUAIS

Associações presentes: ADUEL - Londrina; ADUREM - Maringá e Diretor da ANDES.

Os presentes passaram a apresentar informes de suas respectivas ADs e das situações em suas universidades. Apontaram para alguns pontos divergentes entre sua realidade de outras estaduais.

Obre as questões de discussão da pauta proposta pela Diretoria apresentam as seguintes considerações:

A - Democratização e Estatuto

Consideram que se deve encaminhar uma luta para reformulação de estatuto e regimento com os seguintes pontos básicos:

1. Eleições Diretas em todos os níveis.
2. Plano de Carreira e Capacitação de Docentes.
3. Autonomia Departamental,

Como encaminhamento propuseram além da luta em cada fundação, tentativa de encaminhamento conjunto destas questões no âmbito estadual a partir de um encontro das fundações para discussão do Plano de Carreira Docente.

B - Luta salarial

Com relação à luta salarial verificaram que onde há sindicato a luta é encaminhada por ele, e onde não há sindicato a associação tem procurado mobilizar a categoria.

O grupo propõe reunião entre os sindicatos e ADs para discutir a questão.

TEMA 3 - RELATÓRIO DO SETOR DAS FUNDAÇÕES

Pauta:

1- Sindicalização

2- Campanha Salarial

3- 6.733

4- Suplementação de verbas.

ADs presentes: ADUFS, ADUFSCar, ASPUV, ADUFMAT, ADUFPI, ADUnB e ADUFPel.

1 - Na fase de informes se registrou a falta de informações sobre os ganhos que os professores vêm tendo, nos vários estados, via sindicato.

Poucas são as ADs que já vêm trabalhando com sindicatos.

Em Viçosa e Ouro preto os professores perderam causa em função do pouco número de professores sindicalizados.

Deliberou-se por incentivar a sindicalização e se as ADs levarem campanhas juntamente com os sindicatos.

2- Na fase de informes verificou-se que em todas as fundações presentes os professores em relação ao último reajuste têm se queixado, reclamam da crise, do Delfim, mas não há por enquanto mobilização. Em São Carlos, a ADUFSCar entregou à reitoria uma lista de reivindicações mas ainda não obtiveram resposta.

PROPOSTAS:

a) entrar na justiça argumentando que o decreto é inconstitucional e pedir a suplementação referente a setembro.

b) considerando que a questão salarial hoje é nacional, que as ADs deveriam se engajar no movimento geral contra o 1045 e demais medidas do governo.

c) defender a livre negociação.

3- Com relação ao Projeto do governo, foi informado que na Comissão de Educação foi aprovado um substitutivo com as emendas propostas pelo movimento. O PDS votou contra. Atualmente o projeto está tramitando em caráter de semi-urgência e está difícil de se conseguir que seja aprovado só com o voto de liderança.

Deliberou-se manter as diretrizes tiradas na reunião de Brasília, tirar uma Comissão para atuar a partir de 2ª feira, no Congresso, desencadear os processos de eleições diretas juntamente com os DCEs e associações de funcionários; discutir nas ADs propostas de luta para se conseguir as eleições diretas/ fim da 5.540, para ser levado ao Congresso da ANDES-SN.

4- Deliberou-se manter a denúncia da situação de falta de verbas e lutas por mais verbas para a educação; fazer em cada universidade um levantamento para se sistematizar os dados quanto às necessidades orçamentárias da universidade e que cada uma vem recebendo, para se denunciar os déficits. Abrir a discussão sobre os orçamentos e denunciar as políticas de gastos das reitorias.

3- LUTAS SETORIAIS - AUTARQUIAS

A campanha salarial seja discutida nas universidades à luz de duas questões:

1- a sua relação com a luta em defesa da Universidade, contra as diretrizes explicitadas pela SESU, pela liberação das verbas suplementares este ano, e por um orçamento para o próximo ano necessário e suficiente para desenvolvimento de todas as atividades da universidade.

2- relação com a situação nacional e a atual política econômico-financeira.

Nesse sentido propomos:

a) elaboração pela ANDES de um documento fazendo uma análise da conjuntura nacional, relacionando com a situação atual da universidade (verbas, documento da SESU, etc)e com a luta salarial dos docentes e servidores públicos, propondo uma direção política para o movimento.

Esse documento deverá servir de base para as discussões nas ADs.

b) envio ao MEC das reivindicações salariais estabelecidas no II Encontro dos Servidores Públicos Federais.

c) assembléia por AD a partir de 10 de outubro, procurando garantir uma intensa mobilização na semana de 24 a 27 de outubro.

d) fortalecimento das comissões estaduais dos servidores procurando organizar o dia 27 de outubro (Dia Nacional de luta do servidor).

e) buscar apoio das intersindicais e da CUT nos estados para o desenvolvimento da campanha salarial integrando-se ao 25 de outubro.

f) reunião dos docentes das autarquias em 6 de novembro para avaliação da campanha salarial.

3- Realizar nas ADs uma ampla discussão sobre a política de transição. O documento escrito pelo grupo de trabalho formado no VII CONAD “Reestruturação: Política de Transição para as autarquias (algumas propostas iniciais)” deverá servir de subsídio para as discussões quanto à política de verbas.

A parte concernente à luta pelo padrão único de universidade (p. 6), deverá ter como base:

a) responsabilização do Estado pela manutenção do ensino superior;

b) a institucionalização da verdade orçamentária;

c) a suplementação automática das verbas de acordo com os índices inflacionários que nortearão as discussões.

4- O item referente a distorções de carreira foi objeto de informes das diversas ADs, onde os professores têm impetrado mandados administrativos e/ou judiciais. Em Santa Catarina os professores ganharam o recurso.

LUTA SALARIAL - AUTARQUIAS - PROPOSTA

1. Encaminhar imediatamente à Ministra da Educação as reivindicações salariais aprovadas no Encontro Nacional dos Servidores Públicos Federais:

a) em novembro deste ano:

- complementação de reajuste salarial deste ano para compensar a diferença entre a inflação real, segundo o INPC integral sem expurgo, e o reajuste concedido;

b) em janeiro do próximo ano:

- reajuste de acordo com o INPC integral sem expurgo;

- reposição da perda salarial dos últimos anos reivindicada no início deste ano;

- reajuste semestral.

Obs.: Os valores dos percentuais devem ser calculados consultando o DIEESE.

2. Manifestar à Ministra da Educação a preocupação dos professores com a deterioração do valor dos seus salários reais, que chega a níveis insuportáveis por todos e ameaça a universidade uma crise gravíssima.

3. Solicitar uma resposta da Ministra até o dia 1º de novembro sobre as providências concretas para o atendimento às reivindicações.

4. Solicitar audiência à Ministra para obtenção de resposta.

5. Avaliação pelo movimento por meio de assembléias gerais das ADs da resposta ou de ausência desta.

Proponentes: Pinguelli, Raul, Zezé, Márcio Antônio.

PREVISÃO DE RECEITA

Período: setembro/83, janeiro/84 (inclusive atualização de contribuições das ADs)

DESCRIÇÃO	Valor em Cr$	Valor em Cr$
1- ATUALIZAÇÃO DE DÍVIDAS DAS ADs		4.385.600,00
1.1. Pagamentos até VIII CONAD	2.800.000,00	
1.2. A pagar	1.585.600,00	
2- RECEITA A REALIZAR (27.000 sócios x Cr$ 160,00 - 4 meses) out/83 - jan/84)		21.600.000,00
TOTAL		25.985.600,00
DÉFICIT PREVISTO (receita/despesa) Receita prevista com reajuste de contribuição para Cr$ 200,00 mês a partir de outubro/83		- 6.534.400,00
DISCRIMINAÇÃO		VALOR EM Cr$
1. Atualização de dívidas das ADs		4.385.600,00
2. Receita a realizar (mês de setembro a Cr$ 160,00 outubro a janeiro a Cr$ 200,00)		25.920.000,00
2.1 Setembro 1983	4.320.000,00	
2.2 Outubro/83 - jan/84	21.600.000,00	
TOTAL	30.305.600,00	
DÉFICIT PREVISTO (receita - despesa)		-2.214.400,00

PREVISÃO DE DESPESAS
Período: outubro/83 - janeiro/84

DISCRIMINAÇÃO		VALOR EM CR$
1. PASSAGENS AÉREAS		10.200.000,00
1.1 A pagar	6.700.000,00	
1.2 Reunião Diretoria	2.500.000,00	
1.3 Outras	1.000.000,00	
2. BOLETIM ANDES		3.400.000,00
2.1 A pagar	400.000,00	
2.2 Boletins previstos (2)	3.000.000,00	
3. DESPESAS DE DIRETORES		6.415.000,00
3.1 Dívidas da Tesouraria	1.935.000,00	
3.2 Despesas previstas	4.480.000,00	
4. DESPESAS DA TESOURARIA		1.000.000,00
5. ESCRITÓRIO ANDES SP		2.000.000,00
6. OUTRAS DESPESAS		2.000.000,00
6.1 Dívida campanha ensino público e gratuito	800.000,00	
6.2 Anais do simpósio sobre reestruturação	1.200.000,00	
7. RESERVA TÉCNICA		7.505.000,00
(Despesas não previstas e previsão inflacionária - 30% sobre as demais despesas)		
TOTAL		32.520.000,00

MOVIMENTO SINDICAL - PROPOSTA DA DIRETORIA

Considerando o conjunto de informes e justificativas apresentados pela Diretoria ao movimento e às ADs a posição assumida frente aos acontecimentos recentes do movimento sindical brasileira, a Diretoria propõe:

1 - Participação da ANDES no CONCLAT - Praia Grande, encaminhando em relação a ele o seguinte posicionamento:

a) manifestação do CONAD reforçando o protesto, já encaminhado pela Diretoria à Comissão Organizadora, pela exclusão regimental da participação das ADs no Congresso, bem como pela retirada do artigo 8º do regimento que permitia a participação, por meio de assembléias devidamente fiscalizadas pelas Intersindicais de categorias cujas diretorias sindicais se negassem a convocar assembléias para eleição de delegados.

b) participação de delegação da ANDES manifestando o nosso posicionamento:

1) pela necessidade de unificação concreta do movimento sindical como condição essencial para a resistência dos trabalhadores às medidas de arrocho da política econômica.

2) contra a criação de uma nova central por entender que isso significaria a cristalização da fratura do movimento sindical.

3) pela necessidade de um entendimento entre as lideranças da articulação que organiza o CONCLAT - Praia Grande e aquelas da CUT.

2- Remeter ao III CONGRESSO da ANDES a deliberação sobre a filiação da ANDES a uma central sindical.

3- Até lá reconhecer a CUT como entidade e manter com ela um relacionamento de entidade para entidade, da mesma maneira como o fazemos em relação a outras (UNE, FASUBRA, CPB, SBPC etc).

4- Aprovar no CONAD um indicativo às ADs de paralisação por 24 horas no dia 25 de outubro, contra o 2.045 e o conjunto de medidas econômicas resultante dos acordos com o FMI, encaminhando:

a) a posição de paralisação por 24 horas como proposta ao conjunto do movimento sindical.

b) preparação da paralisação nas ADs por meio de documentos e esclarecimento ao professorado das formas específicas pelas quais essas medidas econômicas afetam a universidade em geral e o corpo docente em particular.

A Diretoria

Goiânia, 8 de outubro de 1983.

GRUPO MISTO I

ASPUV, ADUFPEL, ADUFG, ADUNISINOS, APUSM, ADUEL, ADUFS, ASDESAM, ADUNIMEP, APUFSC, DUFMG, ADUFPB, ADPPUC

RELATÓRIO

1. REESTRUTURAÇÃO

1.1 Estratégia em relação aos projetos de lei

Reafirmar a posição da ANDES por eleições diretas para os cargos de direção da universidade, envolvendo os três segmentos da comunidade universitária, em processo que se esgote no âmbito da universidade.

Apoiar a proposta da diretoria de:

a) formar uma comissão para discutir em Brasília com os parlamentares que possuem projetos envolvendo a universidade, o melhor encaminhamento;

b) levar esses parlamentares ao Congresso da ANDES, para debaterem suas propostas com os professores em horários próprios.

c) edição de um caderno com os projetos existentes e comentários, desde que haja recursos.

Recomendar a ativação de um sistema de informações no âmbito dos parlamentares, para ter conhecimento imediato das iniciativas, que envolvam a universidade, introduzidas no Congresso.

1.2 Reativar os grupos de trabalho sobre Política Educacional no âmbito central e das ADs, para decodificar toda a carga de informações que chega ao movimento docente em linguagem acessível, capaz de mobilizar os professores em uma política eficiente. Em especial neste momento, para estudar o material existente sobre as linhas básicas de programação da área da educação superior e o programa “PARU”, redigindo subsídios e propostas para o Congresso da ANDES.

1.3 Elaboração ainda durante o CONAD, de uma nota que, resumidamente e de forma mais clara possível, expresse criticamente a evolução dos consórcios interinstitucionais, para ser aprovada na plenária final, e divulgada logo em seguida.

Enviar de todo o material reunido sobre consórcios interinstitucionais, para estudo mais detalhado para a APROPUC Campinas onde já existe grupo de trabalho.

1.4 Quando da discussão de novas propostas de eventos conjuntos (ANDES, UNE e FASUBRA), considerar a necessidade de encontros locais e regionais prévios, em preparação ao encontro nacional.

1.5 não informações.

1.6 Implementação proposta do CONAD do RJ, de que todas as ADs formalizem relatos das atividades das fundações internas em suas IES à AD da U.F. Paraná, que elaborará o material e redistribuirá às ADs.

2- Não foi discutido.

3- Setoriais

4- Congresso da ANDES

Local: O grupo resolveu levar como indicativo o Rio de Janeiro, conforme disposição das ADs lá sediadas,

Data: indicativo: 3ª semana de fevereiro 19/25.

5- Finanças da ANDES

- Que a Diretoria da ANDES promova um estudo (para o Congresso) de revisão do funcionamento da ANDES.

Ex.: composição da Diretoria

regionalização das atividades

número de reuniões nacionais.

- Que a diretoria da ANDES apresente a proposta, a qual foi incumbida no Congresso anterior, um projeto sobre contribuição proporcional.

- Aumento da contribuição para Cr$ 200,00

- Adiantamento da contribuição de setembro (imediatamente).

- Cobrar dos vice-presidentes regionais um relatório por escrito sobre os motivos do não-pagamento de cada AD.

- Recomendação de buscar formas de arrecadação paralelas e campanha de novos sócios.

- Conclamar as ADs a que devolvam os formulários sobre os boletins da ANDES, devidamente preenchidos.

TEMA: FINANÇAS DA ANDES
Relatório do Grupo Misto nº 2

1. CARACTERIZAÇÃO GERAL

A sustentação financeira e material da ANDES (e das próprias ADs) depende das contribuições financeiras de seus associados. É consenso no movimento docente que a questão financeira é política e não apenas administrativa, devendo ser tratada como tal.

Por isso, as dificuldades que a diretoria da ANDES vem encontrando para solucionar o problema econômico não se resolverá apenas do ponto de vista contábil. Medidas nesse sentido só terão validade se fundamentadas na discussão do problema nas ADs, no interior do movimento.

Levar a questão financeira ao conjunto do professorado significa levar a ANDES e a discussão do seu papel a todos os professores. Essa compreensão, se bem que fundamental, não tem se verificado na prática por parte de diversas ADs e da direção do movimento docente.

A relação ANDES/ADs tem sido em muitos aspectos paternalista o que contribui para dificultar o trabalho de propagação da política geral do movimento em sua própria base. O paternalismo tende a agravar o quadro financeiro tanto pelo custo adicional que acaba representando, quanto pela impossibilidade de que o movimento assuma de fato, politicamente, a sustentação financeira da ANDES.

2. QUESTÕES POLÊMICAS

Alguns pontos de discussão do grupo 2 foram bastante polêmicas e cabe aqui destacá-los.

A participação dos vice-presidentes regionais (VPR) nas reuniões da Diretoria foi colocada como um possível ponto de redução dos gastos na medida que tais reuniões passassem a não contar com os estes em todos os momentos. Porém, a alternância de reuniões “plenas” de todos os 17 diretores (que só ocorreriam por ocasião de CONADs e congressos ou simpósios nacionais) com reuniões apenas dos 8 diretores da “executiva” foi bastante criticada. Além de suas atribuições específicas na região, os VPR são parte integrante e representativa do conjunto do movimento e as reuniões feitas sem a sua presença seriam prejudicadas por esse aspecto.

A necessidade de profissionalizar as atividades da ANDES, se bem que consensual, exige a discussão mais criteriosa de como fazê-lo e de que atividades são possíveis de profissionalização. Os critérios dessa escolha de atividades são essencialmente políticos e as propostas de profissionalização devem ser precedidas dessa fundamentação. Esse assunto deve ser aprofundado tanto como referência o não-paternalismo por parte da direção da

ANDES e a substituição das atitudes amadorísticas por um planejamento mais criterioso.

O aumento do valor das mensalidades ainda quando necessário deve obedecer a critérios e estar fundamentado convenientemente. Não houve consenso quanto à adoção para a simples de um reajuste para superar os problemas mais imediatos do caixa, a ser aplicado nesse momento pela ANDES.

3- PROPOSTAS

O grupo 2 não formalizou uma votação das propostas surgidas durante o debate. Por isso, elas são listadas abaixo apenas na medida que não foram objeto de polêmicas maiores entre os participantes.

Para facilidade de discussão na plenária as propostas foram agrupadas como medidas imediatas a curto prazo e como medidas gerais. A ordem de redação não corresponde à ordem em que foram apresentadas.

A- Medidas imediatas

1. Criação de um fundo suplementar formado por contribuições especiais, doações e atividades especialmente organizadas para esse fim por algumas ADs.

2. Antecipação do pagamento de mensalidades dos próximos meses pelas ADs que dispõem de reservas de caixa mais elevadas no momento.

3. A tesouraria da ANDES deve elaborar um estudo do valor real que as mensalidades deveriam ter para cobrir a sua superação atual e uma reserva técnica para superar parte da dívida contraída. Esse valor seria uma referência inicial e não uma proposta efetiva de aumento das mensalidades.

4. Proceder (já a partir desse CONAD) a um levantamento do número de associados - contribuintes e do valor cobrado nas mensalidades de cada AD filiada á ANDES.

5. Elaboração de uma moção aos professores dando conta da situação financeira da entidade (a ser distribuída amplamente pelas ADs) visando ampliar o leque das propostas para melhorar essa situação.

6. Dar um caráter de campanha (propaganda, promoções, debates, etc.) à implantação deste conjunto de propostas a curto prazo).

B- Medidas gerais

7. Reduzir ao máximo os gastos com a operação da ANDES, sem prejuízo de cumprir as suas atribuições atuais.

8. Aprimorar a infra-estrutura operacional nas regiões pela criação de secretarias de apoio e pelo estabelecimento de uma porcentagem base da receita que ficaria à disposição das vice-presidências regionais.

9. Retomar, de forma organizada, as campanhas de filiação das ADs e associação a ANDES com base nas vice-presidências regionais.

10. Intensificar a cobrança das ADs em atraso, especialmente as que estão sem pagar a alguns meses, estudando-se uma forma de anistia parcialmente ou parcelamento de sua dívida anterior em troca de restabelecimento de seu pagamento periódico.

11. Controlar mais a distribuição dos boletins da ANDES no interior das ADs, aumentando sua circulação. Estudar possível contribuição adicional das ADs conforme sua cota de boletins recebidos (proporcional).

12. Introduzir nos boletins referências mais diretas ao movimento nas ADs assegurando maior entrosamento entre o noticiário das ADs e o da ANDES.

GRUPO 3
PROPOSTAS GERAIS

1. A pauta dos próximos CONADs ser acompanhada de documentos esclarecedores dos assuntos a serem discutidos e divulgados com maior antecedência.

2. A pauta dos CONAD ser reduzida obedecendo a um critério de priorização dos temas.

1. REESTRUTURAÇÃO

1.1 Estratégia em relação aos projetos de lei.

1. CONAD deve se manifestar contrariamente sobre a intervenção do governo federal no processo de eleições de dirigentes que ora se desenvolve na UERJ.

2. Reafirmar eleições diretas de reitores e demais dirigentes em todas as IES, com intuito de criar impasses que pressionem o governo e as mantenedoras.

3. As ADs de IES estaduais pressionarem as assembléias legislativas nos Estados para apresentação de projetos de lei do tipo que foi aprovado no Rio de Janeiro referente à eleição de dirigentes.

4. Participação de parlamentares do Congresso Nacional, que tenham projetos sobre reestruturação da universidade (eleições de reitor, etc.), no próximo Congresso da ANDES, com o fim de se chegar a um projeto único na câmara e no senado, formando-se então uma frente para tentar sua aprovação.

5. Divulgar via boletim da ANDES a experiência das ADs que já promoveram eleições para reitor.

6. Recomendar discussões nas IES com parlamentares autores de projetos de lei que estejam tramitando no Congresso Nacional.

7. Reafirmar a luta pela reforma dos estatutos das IES no sentido de democratizar as universidades.

8. Vincular a luta pela eleição dos dirigentes das IES com a luta por eleições diretas para Presidente da República.

1.2 Orientações quanto ao PARU.

- Não perder de vista o processo de reestruturação que está sendo encaminhado via ANDES, evitando concentrar esforços apenas na luta contra o PARU.

- Denunciar os procedimentos irregulares usados na pesquisa e protestar contra a não-participação de segmentos universitários.

- Promover articulação das ADs das universidades escolhidas pela amostragem do MEC tendo como objetivo a elaboração de uma estratégia unificada para o movimento docente e divulgar para outras universidades.

1.3 Consórcios interinstitucionais.

- Denunciar que o objetivo desses consórcios é reforçar a privatização do ensino superior.

- Grupo de trabalho para levantar dados concretos sobre os consórcios para propiciar uma ação efetiva em relação a eles.

1.4 Relacionamento CRUB/MEC/UNE/FASUBRA - sem encaminhamentos.

1.5 Avaliação do trabalho docente - grupo de trabalho para preparar documentos a serem enviados às ADs para discussão.

1.6 Fundações no interior das IES públicas.

- como o item 1.5

2. MOVIMENTO SINDICAL

Sobre o documento: movimento sindical - proposta da diretoria.

1. Participação da ANDES no CONCLAT -etc. Proposição:

- alterar nesse item o parágrafo b, mantendo o b-1, retirando o b-2 e o b-3 e colocando outro subitem com a seguinte redação:

2. Pela necessidade de um entendimento entre lideranças da articulação que organiza o CONCLAT - Praia Grande e aquelas da CUT, no sentido de viabilizar uma central de trabalhadores de fato unitária, englobando setores que estão convocando Praia Grande, evitando a existência de mais de uma central, o que tenderia a cristalizar a fratura do movimento sindical.

2. Remeter ao II Congresso da ANDES a deliberação sobre a filiação da ANDES à CUT.

Proposição: acrescentar: ou qualquer outra central que venha a ser criada.

3. Até lá reconhecer a CUT etc.

Proposição: manter como está .

4- Aprovar no CONAD um indicativo, etc.

Proposição: acrescentar os subitens:

c) Recomendação da realização de assembléias gerais em todas as ADs até o dia 20/10 com pauta específica sobre a greve, para definir a adesão ou não à greve, se por um dia ou mais, com que caráter e objetivo.

d) encaminhamento pela ANDES às entidades convocadoras da greve de informes sobre a adesão ou não, e com que características, do movimento de docentes à greve.

Acrescentar ao documento o item 5, com a seguinte redação:

5) Interagir com a CUT e Comissão Organizadora do CONCLAT - Praia Grande, encaminhando ao conjunto dos professores, para discussão, posicionamento e implementação, sempre que julgadas adequadas, de todas as propostas de lutas formuladas por ambas as instâncias contra a atual política econômico-financeira, pela rejeição do decreto nº 2.045 e qualquer medida resultante dos acordos com o FMI, que venha a colocar o ônus da crise sobre os trabalhadores.

Houve propostas perdedoras de alteração da proposta da Diretoria, quais sejam:

1- No item 1, subitem a) proposta de retirada do que se refere o artigo 8º, etc.

2- No item 3 modificar para: até lá reconhece a CUT e a Comissão Organizadora do CONCLAT - Praia Grande e as intersindicais, como instâncias representativas de partes do movimento sindical brasileiro, embora nenhum como fórum unitário do movimento sindical no presente.

GRUPO 3
MOVIMENTO SINDICAL
(Acrescentar o item 6)

6. Encaminhamento pela ANDES às universidades, para discussão, de outras formas de lutas já propostas pelo movimento sindical, como, por exemplo, a mobilização nos dias 18 e 19 pela rejeição dos decretos, que está sendo convocada pela Comissão Organizadora do CONCLAT de Praia Grande, com caravana a Brasília nesses dias, envio de telegramas, pressão sobre parlamentares no próprio Estado, etc...

RELATÓRIO DOS GRUPOS 2 E 4
TEMA: Movimento Sindical

ADs presentes: ADPUC-RJ, APROPUC-SP, ADUFRJ, ADUFERPE, ADUFPI, APUFPR, ADUFRGS - Grupo 4

ADUFERPE, APESJF, APUFC, APUBJ, ADUEM, APROPUC, ADPPUC-RS, ADUFMAT

ANDES (Aluízio, Pinguelli, Zezé)

Modificações em relação à proposta da Diretoria

I - Participação no CONCLAT - Praia Grande

a) retirar a crítica à não-participação das ADs, reforçando o protesto pela retirada do 8º artigo do regimento (grupo 2).

- rediscutir o item 1 (grupo 4)

- distribuir a delegação da diretoria da ANDES em função de critérios - regionais - grupo 4.

b) Posicionamento da ANDES em Praia Grande

1. Idem (inalterado, grupos 2 e 4)

2. Contra a criação de uma nova central, por entender que isso significaria a cristalização da fratura do movimento sindical (grupo 4).

- Atuar para que não seja criada uma nova central, por entender que isso aprofundará a fratura do movimento e não votar a favor de sua criação (grupo 2).

3. Idem (grupo 4).

- Lutar pela necessidade de um entendimento entre as articulações, ainda que venha a ser criada outra central, procurando criar um fórum adequado para que nele se reúnam as diversas concepções do movimento sindical 9grupo 2 - majoritária).

- Pela necessidade de um entendimento entre as lideranças da articulação que organiza o CONCLAT de Praia Grande e as da CUT, procurando convencê-las de que outra Central significaria a cristalização da fratura do movimento sindical (grupo 2 - minoritária).

II - Filiação à CUT

- Idem (grupo 4); esperar também a realização do CONCLAT previsto para julho/84).

- remeter ao III Congresso da ANDES a deliberação sobre a filiação da ANDES a uma central sindical (grupo 2).

III - Idem (grupo 4)

- até lá reconhecer a CUT enquanto entidade e manter com ela um relacionamento de entidade para entidade, da mesma maneira como o fazemos em relação a outras, e dar idêntico tratamento caso seja criado um outro organismo sindical nacional (grupo 4)

IV - Grupo 2: idem, acrescentando “contra o 2.045 ou outros decretos do mesmo teor”.

Grupo 4: substituição do termo “indicativo” por “proposta”

- acréscimo de parágrafo referente à assembléia de cada AD, como instância deliberativa sobre essa proposta, realizada até 20/10, após avaliação dessas assembléias, a ANDES encaminhará seu indicativo;

- acréscimo de parágrafo referente à importância de se reforçar a luta parlamentar contra o 2.045, e outros decretos, inclusive organizando a ida a Brasília entre os dias 17 e 26 de outubro, articulando-se, para isso, com a CUT e a comissão de Praia Grande;

- transferir o protesto do funcionalismo público, marcado inicialmente para 27/10, de modo a reforçar o dia 25/10;

- acréscimo de uma carta onde se explicitará a importância da greve do dia 25/10, tanto no que diz respeito a problemas específicos do professorado, quanto no concernente a sua inserção na luta geral dos trabalhadores;

- afirmar a importância de um trabalho conjunto com alunos e funcionários.

PROPOSTA DA UFRJ, EM SUBSTITUIÇÃO AO ITEM 4 DA DIRETORIA

1. Que o movimento docente considere como suas as reivindicações do i CONCLAT, no que diz respeito ao eixo central da luta da greve geral do dia 25 de outubro, com exceção do item de não-pagamento da dívida externa, que deve ser remetida à discussão no movimento.

2. Que o CONAD indique e tente mobilizar as ADs e o movimento docente para influir na derrota dos decretos 2.036, 2.37 e 2.045, na semana de 17 de outubro e até 26 de outubro. Nesse sentido, deve interagir com a comissão organizadora de Praia Grande, que levará dezenas de sindicalistas ao Congresso Nacional para pressionar pela rejeição dos decretos.

3. Que as ADs em cada Estado pressionem os parlamentares, para rejeitarem os decretos também devem mandar delegações das ADs a Brasília, nos dias de votação.

4. Que imediatamente haja grande esforço para mobilizar os professores no sentido de discutir a greve do dia 25 de outubro.

5. Que se realizem assembléias em todas as ADs, até o dia 25 de outubro, para deliberar sobre a entrada na greve geral de 25 de outubro.

6. Que a Diretoria da ANDES faça, após estas assembléias (até 20 de outubro), indicativo (ou não) de adesão à greve, ou de outras iniciativas para o dia 25 de outubro.

DADOS PARA REFLEXÃO ACERCA DO FECHAMENTO DA UCG, NO DIA NACIONAL DE MANIFESTAÇÃO E LUTA DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA - 28 de setembro de 1983.

Pela primeira vez na historia recente da universidade brasileira estudantes, professores e servidores constituíram um fórum de síntese e encaminhamento comum de suas lutas. O Seminário ANDES/UNE e FASUBRA (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, União Nacional dos Estudantes e Federação de Associação dos Servidores da Universidade Brasileira) realizado na PUC-SP nos dias 2, 3 e 4 de setembro/83, assumiu essa função e entre outras decisões importantes, deliberou que no dia 28 de setembro seria o Dia Nacional de Manifestação e Luta da Comunidade Universitária, em torno de cinco eixos:

a) mais verbas para a educação;
b) contra a política econômica do Governo;
c) pela autonomia e democratização da universidade, com eleições diretas para todos os dirigentes;
d) pelo rompimento do acordo com o FMI;
e) por eleições diretas para Presidente da República.

Como instâncias concretizadoras desse evento a APUC, o DCE e a ASC programaram uma manifestação universitária para as 20h30 do dia 28 de setembro, na Praça Honestino Guimarães (universitária), precedida de discussões, em sala de aula pela manhã e à tarde, criando assim ambiente e interesse político para a grande concentração da noite. Todavia, de forma abrupta, a Reitoria da UCG tomou uma decisão que impediu esse encaminhamento, ao determinar a suspensão das atividades administrativas e pedagógicas, inclusive fechando a cadeado portões e portas de acesso. Em conseqüência a UCG, ao invés de estar se enriquecendo no processo de debate, participação, elevação do nível de organização e mobilização, estava fechada e forçadamente muda.

Convém frisar que a ANDES, a FASUBRA e a UNE quando deliberaram por esse ato, e nós participamos da deliberação, tinham que o inimigo comum não era de maneira alguma as reitorias das universidades, quer sejam públicas, privadas, pagas e/ou confessionais. Por esse motivo as entidades deliberantes jamais imaginaram que alguma reitoria, mormente aquelas consideradas abertas ao diálogo, viessem obstruir a realização do Dia Nacional de Luta, principalmente porque as questões e litígios específicos de cada universidade não seriam objeto de discussão.

Esse fato, no nosso entender, pode significar um afastamento da UCG, na sua prática, dos princípios das grandes linhas propagadas como caminhada rumo a uma universidade pluralista, democrática, participativa. Aliás, o cumprimento da programação estaria contribuindo sobremodo para o avanço

na caminhada da universidade nova, engajada na luta pelos interesses nacionais e populares.

Goiânia, setembro de 1983.

ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DA UCG - APUC
DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES - DCE

DOCUMENTOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO 8º CONAD

Ofício Circular nº 015/83 - 1ª Secretaria

Florianópolis, 11 de agosto de 1983.

DA: 1ª Secretaria
PARA: ADs e Diretores

ASSUNTO: 8º CONAD

Companheiros:

O CONAD realizado no Rio de Janeiro deliberou que o 8º CONAD será realizado em Goiânia, delegando à Diretoria a tarefa de estabelecer a data da sua realização.

A Diretoria da ANDES, reunião em São Paulo no dia 6 de agosto, levando em conta que:

1- o calendário de encontros (26, 27 e 28 de agosto - CONCLAT, 2, 3 e 4 de setembro - Seminário Nacional ANDES/UNE/FASUBRA, 9, 10, 11 de setembro - 2º Encontro Nacional dos Servidores Públicos Federais);

2- o esgotamento financeiro das ADs e da ANDES devido a esse calendário;

3- a necessidade de o 8º CONAD servir também de fórum para a preparação do 3º CONGRESSO;

4- dia 2 de novembro é feriado.

Decidiu marcá-lo para os dias 29, 30 e 31 de outubro.

Portanto, o 8º CONAD será realizado em Goiânia, no período de 29 a 31 de outubro.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para apresentar as nossas mais cordiais

Saudações Universitárias.

Prof. Raul Guenther
1º Secretário

Of. Circular nº 018/83 - 1ª Secretaria

São Paulo, 4 de setembro de 1983.

Da: 1ª Secretaria
Para: ADs e Diretores

Assunto: VIII CONAD (data)

Companheiros:

I - MUDANÇA DE DATA

Considerando a coincidência com o Congresso Sindical a ser realizado nos dias 4, 5 e 6 de novembro em Praia Grande - SP, e a necessidade do encaminhamento de diversas questões específicas do movimento docente, a diretoria da ANDES, reunida no dia 3 de setembro em São Paulo, decidiu antecipar a realização do VIII CONAD (Goiânia) para os dias 8 e 9 de outubro.

II- PROPOSTA DE PAUTA

1 - Movimento Sindical

1.1 Participação nos Congressos

1.2 Relacionamento com a CUT

2- Reestruturação da Universidade

2.1 Estratégia em relação aos projetos de lei

2.2 Documento da Sesu com as diretrizes para 84.

2.3 Consórcios interinstitucionais

3- Lutas setoriais

3.1 - Autarquias

a) verbas

b) movimento dos servidores públicos federais e campanha salarial.

c) política de transição (reestruturação)

3.2 Particulares

a) lutas salariais

b) carreira

3.3 - Fundações

a) luta contra 6733

b) campanha salarial

c) campanha pela sindicalização

3.4 Estaduais

a) democratização

b) lutas salariais

c) reformas dos estatutos

4- 3º CONGRESSO (data e local)

III - PROPOSTA DE PROGRAMA

O VIII CONAD discutirá questões decisivas para o movimento conforme é possível verificar após a leitura da proposta de pauta. Por isso, é imprescindível que o programa de trabalho possa ser cumprido nos dois dias disponíveis. Propomos o programa de trabalho que segue. Lembrando ser importante que os companheiros não marquem passagem de retorno para antes das 18 horas do dia 9 de outubro.

Sábado

9h às 10h - Plenária de abertura (credenciamento, pauta e programa)

10h às 14h - Grupos mistos temas 1 e 2

15h30 às 20h - Grupos setoriais tema 3

Domingo

9h às 12h e 14h às 18h - Plenárias dos temas 1, 2 , 3 e 4.

Sem mais para o momento, aproveitamos a oportunidade para apresentar as nossas mais cordiais

Saudações Universitárias.

Prof. Raul Guenther

1º Secretário

Circular nº 1 - 8º CONAD

Da: Comissão Organizadora do 8º CONAD

Às: Associações de Docentes e Diretores da ANDES

Prezados Colegas:

Como é do conhecimento de todos o 8º Conselho Nacional de Associações de Docentes - CONAD, será realizado em Goiânia, no período de 7 a 9 de outubro próximo. Esta circular tem a função de enviar os primeiros informes sobre a preparação do CONAD.

1- Local: O 8º CONAD será realizado no Centro de Treinamento da EMATER-GO, com as seguintes características:

a) o local dispõe de salas de aula, auditório, sala de projeção, refeitório, alojamento e quadras de esporte; isto permite que todas as atividades sejam realizadas no mesmo local, garantindo a concentração dos delegados ao CONAD;

b) o preço da diária é de Cr$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros). Esta diária corresponde à hospedagem e quatro refeições (café da manhã, almoço, lanche e jantar). Os quartos comportam 4 pessoas com banheiro privativo;

c) o centro de treinamento localiza-se nas imediações do Campus II da UFG.

2- A reunião da Diretoria da ANDES será no mesmo local, iniciando-se no dia 7 de outubro, às 13 horas. Os diretores e delegados que chagarem a Goiânia na sexta feira pela manhã devem se dirigir à sede da ADUFG (Faculdade de Educação da UFG - Praça Universitária). Na sexta á tarde, noite e sábado pela manhã haverá transporte direto para o Centro de Treinamento.

3- É importante que as ADs enviem com antecipação o nome dos delegados e o horário de chegada a Goiânia, pois preparamos com antecedência a infra-estrutura material necessária.

Contando com a presença dos colegas em Goiânia, enviamos nossas

Saudações Universitárias.

Comissão Organizadora do 8º CONAD

DESPESAS DE PARTICIPAÇÃO NO 8º CONAD - WOLFGANG LEO MAAR.

1- Três diárias ($ 10.000,00 cada)	30.000,00
2- Diferencial de passagem	5.023,00
total	35.023,00

Goiânia, 8 de outubro de 1983

Wolfgang Leo Maar

PRESTAÇÃO DE CONTAS REF. A ABRIL/SETEMBRO DE 1983

Wolfgang Leo Maar

1. Despesas viagem a Recife - UFPe e UFRPe - táxi e refeições	15.000
2. Despesas viagem Juiz de Fora - UFJF - táxi, viagem de ônibus - Rio/JF e refeições	14.000
3. Despesas viagem Rio de Janeiro - UFRJ - táxi e refeições	8.000
4. Despesas participação 7º CONAD - RJ - viagem e diárias	60.000
5. Despesas viagem RJ - Comissão de reestruturação - táxi e refeição	8.000
6. Despesas viagem RJ - Reunião com secretários de educação - táxi e refeição	8.000
7. Despesas participação reuniões Pró-CUT e CONCLAT - condução, refeições, viagem a São Bernardo	30.000
8. Despesas viagem Brasília - Audiência MEC - táxi	11.000
9. Despesas viagem RJ - UERJ - táxi e refeição.	8.000
10. Despesas atividades em São Paulo - anterior relativo a 1982 (telefone, condução, xerox)	30.000
viagem a Campinas - SBPC 1982	6.000
Condução e estacionamento	16.000
Telefone	25.000
Total das despesas (duzentos e trinta e nove mil cruzeiros)	239.000
Total recebido da Tesouraria (centro e cinqüenta mil cruzeiros)	150.000
Saldo credor (oitenta e nove mil cruzeiros)	89.000

São Paulo, 30 de setembro de 1983

Wolfgang Leo Maar

ANDES

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

ANO III Nº 16 OUTUBRO DE 1983

8º CONAD

CONSELHO NACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE DOCENTES

GOIÂNIA/8/9/OUTUBRO/1983

PAUTA

1 — Reestruturação

2 — Lutas setoriais

3 — Movimento sindical

Os descaminhos da reestruturação

Debatido durante a 8.ª reunião do Conselho Nacional de Associações de Docentes, o projeto PARU (Programa de Avaliação da Reforma Universitária) é a mais nova sigla a ameaçar um projeto de Universidade voltado para o social.
Na página 3, uma análise do Projeto PARU e suas implicações.

Indicativo do Conad

DIA 25 DE OUTUBRO — GREVE GERAL

E Mais:

A cobertura completa do Conad está nas páginas 4, 5 e última

Prossegue a luta pela democratização

- *No Congresso, a luta pela revogação da 6.733 (P. 5)*
- *Professores da UnB contra intervenção (P. 6)*
- *UERJ resiste e realiza eleições (P. 7)*

O movimento docente e as lutas dos trabalhadores

O II Congresso da ANDES, realizado este ano em Fortaleza, marcou um momento importante na vida da nossa entidade. Percebemos todos, principalmente em função das dificuldades da campanha salarial de 1982 do setor das Federais Autárquicas, ser decisivo, daí para a frente, nossa articulação com as demais categorias de trabalhadores, para fazer valer nossas reivindicações.

Setorialmente, essas articulações — quer das IES Federais Autárquicas com o movimento dos servidores públicos, quer das IES Particulares com os próprios sindicatos — ampliaram-se, ganhando corpo dia-a-dia. Paralelamente a essas injunções do nosso movimento, o País foi, como antevemos no II Congresso, mergulhando mais e mais numa crise sem precedentes, agucando ainda mais as contradições do conjunto dos trabalhadores do País.

O expurgo no INPC, os pacotes salariais de arrocho, o desemprego, o investimento zero nas estatais (incluindo as IES), o aumento abusivo da casa própria e dos aluguéis, transformaram-se, entre outros, no grande pesadelo cotidiano vivido pelos trabalhadores brasileiros hoje.

A modificação desse estado de coisas só pode se dar de maneira organizada e pelo conjunto da classe trabalhadora. Embora a construção da organização nacional dos trabalhadores venha enfrentando dificuldades, as plataformas reivindicativas das duas grandes concepções em que se divide hoje o movimento sindical do País são semelhantes.

Por isso mesmo nosso movimento, que não está alheio a essa divisão — mas ao contrário continua trabalhando para sua unificação (ver deliberações do 8º Conad, na pág. 8) — decidiu-se pelo encaminhamento unitário das lutas de interesse geral dos trabalhadores propostas por qualquer das duas instâncias.

Já fora essa a orientação transmitida pela diretoria da ANDES quanto à programação do dia 30/09 contra os decretos de arrocho salarial. Em continuidade, essa deve ser a postura do nosso movimento nos próximos eventos marcados.

Em particular, mais imediatamente, devemos participar ativamente das atividades programadas entre 17 e 26 de outubro para a derrota dos nocivos decretos 2.036, 2.037 e 2.045, bem como da greve geral por 24 horas, no dia 25 de outubro.

Nós, professores, que somos trabalhadores de ensino, nunca perdemos de vista que a gênese de todos os problemas que nos afetam e à Universidade, encontra-se na dissonância existente entre a sociedade brasileira e aqueles que ilegitimamente a governam.

Sabemos do papel social que representamos. Ao nos integrarmos à lutas dos trabalhadores brasileiros, estaremos demonstrando que também temos consciência do papel político intrínseco ao nosso movimento que não nega as especificidades das reivindicações e necessidades dos docentes e da Universidade, mas reconhece que não pode realizá-las sem se inserir na luta democrática e reivindicativa dos setores vivos e dinâmicos da sociedade brasileira.

O Conclat de São Bernardo

Uma contribuição pessoal da vice-presidenta da Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense sobre a polêmica em torno do Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, realizado em São Bernardo do Campo, em agosto.

Henrique Pereira Jr.

Anna Alice Mendes Schroeder

A prática tem mostrado que, em momentos de crise, é mais fácil dividir do que unir. As concepções das diversas tendências político-ideológicas existentes no movimento sindical brasileiro hoje, e sua disputa pela hegemonia, levaram a que algumas inantivessem a convocação do CONCLAT para 26 a 28 de agosto em São Bernardo, enquanto outras optassem pelo seu adiamento (para 3 a 5 de novembro).

Não temos dúvida, dada a gravidade da situação econômico-social do País e a urgência da organização e mobilização dos trabalhadores em resposta às medidas governamentais (entre elas o Decreto 2045), de que era oportuna a realização do CONCLAT na data prevista e necessária a criação de uma Central Única de Trabalhadores que buscasse coordenar as lutas dos diversos setores do movimento, em âmbito nacional. Por isso, entendemos como equivocadas todas as posturas e atitudes que contribuíram para a ausência de importantes parcelas do movimento sindical no CONCLAT de São Bernardo.

Discordamos, por exemplo, dos membros da ex-Comissão pró-CUT que se recusaram a reformular o artigo 8º, obstaculizando a participação da CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), assim como discordamos da atitude da direção da CONTAG, que cancelou a convocação a suas entidades filiadas para participação no CONCLAT de São Bernardo.

Apesar das dificuldades criadas na discussão do artigo 8º, cujas consequências últimas temos dificuldade de avaliar, acreditamos ter sido equivocada a atitude dos vários setores que resolveram não participar do CONCLAT de agosto, já que com isso contribuíram decisivamente para a divisão orgânica do movimento sindical, além de deixarem, de certa forma nas mãos de uma parcela que se mostrou mais ágil, o privilégio de assumir neste momento a posição de porta-voz da classe trabalhadora.

		Con-clat-81	Con-clat-83
setor urbano	sindicatos associações	469	365
	delegados	211	219
		4073	3473
setor rural	sindicatos	363	310
	delegados	963	1614
federações confederações		43	7
		5	0
Total de Sindicatos		832	675
Total de Delegados		5036	5087

A representatividade do CONCLAT é difícil de ser avaliada objetivamente quando, por exemplo, não houve o estabelecimento de um quorum mínimo de trabalhadores de uma categoria para a eleição de seus delegados de base. Assim, cada delegado do CONCLAT poderia estar representando efetivamente dezenas ou centenas de companheiros, ou apenas a uns poucos ou a si próprio.

De qualquer forma nos pareceu que os congressistas das camadas médias urbanas e da classe operária do setor industrial, em sua grande maioria, eram inegavelmente representativos de suas categorias, e correspondiam a uma significativa parcela do movimento sindical do setor urbano, não apenas no aspecto quantitativo, mas também qualitativo (como, por exemplo, os metalúrgicos do ABC).

Não podemos dizer o mesmo dos congressistas do setor rural. Poderia parecer, à primeira vista, que o aumento do número de delegados do setor rural do CONCLAT de 83 em relação à CONCLAT de 81, com uma diminuição pequena do número de sindicatos rurais, a despeito da desconvocação feita pela direção da CONTAG, significaria a não-representatividade desta entidade. Mas essa hipótese cai por terra quando observamos, no CONCLAT, um grande número de delegados rurais de estados onde sabemos ser o movimento sindical rural menos organizado, ao mesmo tempo que representação bastante reduzida de outros estados, onde tradicionalmente o movimento dos trabalhadores foi e continua sendo forte, e conduzido por entidades representativas e atuantes. Como exemplo, o setor rural do estado de Pernambuco, que tem grande tradição de luta, e mesmo recentemente tem encaminhado vários movimentos grevistas de repercussão, contava com apenas 9 (nove) delegados. Além disso, nos causou espécie a constatação de que vários grupos de trabalhadores rurais votavam nas plenárias segundo a orientação de pessoas identificadas por seus crachás como da "Pastoral da Terra".

Outro aspecto que devemos considerar é a relação entre o conjunto dos participantes do CONCLAT de São Bernardo e as várias concepções político-ideológicas e as várias tendências partidárias do movimento sindical.

Embora formalmente as associações e sindicatos do movimento sejam apartidários, ficou clara para nós a hegemonia do Partido dos Trabalhadores, não apenas entre os membros da ex-Comissão pró-CUT que convocaram o CONCLAT, mas também entre os próprios participantes do Congresso. Em pesquisa feita pela equipe que editou o Jornal do CONCLAT em São Bernardo, a resposta à pergunta "Em que partido você votou nas últimas eleições?" foi PT em 90% dos questionários. Tendo sendo precisa esta informação, divulgada na Tribuna Operária, nº 134, página 5, estariam corretas as nossas estimativas de desproporção do predomínio do PT no CONCLAT de São Bernardo em comparação com sua real penetração no movimento sindical.

No mesmo sentido, cabe ressaltar o acolhimento inflamado e entusiástico de quase todo o plenário ao pronunciamento de Luis Ignácio da Silva (Lula) no encerramento do evento, único orador recebido desta forma por praticamente todos os grupos e tendências presentes, com exceção de alguns poucos congressistas, pairando acima das divergências antes explicitadas. Foi bastante sugestiva a delirante ovação do plenário quando Lula afirmou anuir pelo dia em que realmente o CONCLAT fosse composto por membros do PT.

Ainda um aspecto importante a destacar é a grande dose de sectarismo que permeou a discussão em muitas comissões de trabalho e nas plenárias, e que se expressa claramente na introdução do relatório do CONCLAT, proposto pela sua Comissão Organizadora, e aprovado pelas comissões de trabalho e plenária: "Nesse momento, quando os trabalhadores, realizam seu congresso, obedecendo à decisão da I CONCLAT, setores do movimento sindical procuraram boicotar esta iniciativa, visando dar o aval a estas propostas da burguesia, tramdo assim os interesses e as decisões dos trabalhadores brasileiros."

Esse discurso exclusivista foi predominante entre os líderes mais importantes presentes ao CONCLAT, permeando o pronunciamento do próprio Lula, que destacou a autenticidade dos representantes do movimento sindical presentes ao evento, em contraposição aos que lá não estavam.

A CUT Criada em São Bernardo

Um possível indicador das limitações desta CUT é a qualidade das entidades sindicais estrangeiras que a reconheceram e declararam no CONCLAT o seu apoio: várias entidades de alguns países (entre os quais Itália, Alemanha, Espanha), todas de caráter social-democrata ou democrata-cristão, e até mesmo a central norte-americana AFL-CIO (historiamente comprometida com a CIA). Também nos causa apreensão a afirmação de Lula, no encerramento do CONCLAT, procurando legitimar a ajuda recebida por centrais sindicais social-democratas na Europa, de que a realização do mesmo se tornou possível graças ao auxílio daquelas "entidades estrangeiras **realmente comprometidas com a defesa dos interesses dos trabalhadores brasileiros**".

Os estatutos da CUT criada em São Bernardo em agosto último são permeados da filosofia do paralelismo sindical. Para a "construção da CUT" se propõe a organização, a partir dos locais de trabalho, de uma estrutura composta de instâncias regionais, estaduais e nacional, sem nenhuma interação com a estrutura atualmente existente, como intersindicais estaduais, federações, confederações, etc. Não são apresentadas propostas concretas de como modificar a atual estrutura sindical brasileira no sentido da autonomia sindical, da democratização interna do movimento sindical, da superação do seu corporativismo priorizando a organização sindical por local de trabalho, etc. O encaminhamento em direção a esses objetivos fica no plano abstrato e subjetivo: "...a CUT luta pela transformação dos atuais sindicatos em entidades classistas e combativas...O sindicato pelo qual a CUT luta será organizado por ramo de atividade produtiva, será democrático e de massas..." (Capítulo II, artigo 6º).

Com relação à questão da representatividade dos futuros membros desta CUT, fica a sua avaliação prejudicada quando se estabelece, por exemplo, no artigo 14, sobre a eleição dos delegados de base ao congresso regional, que podem ser eleitos com a presença em assembléia de trabalhadores da categoria de no mínimo 3 vezes o número de delegados a que tem direito. Assim é que, por exemplo, os 15 delegados de base referentes a uma categoria que tenha entre 2001 e 1000 trabalhadores poderão estar representando efetivamente centenas ou milhares de trabalhadores, ou apenas 45 companheiros.

Está representada hoje nesta CUT, a partir da própria composição da Direção Nacional, apenas uma parcela dos setores do movimento sindical que têm lutado concretamente contra a política econômica, financeira e social do Governo e pela democratização do País. Isto faz com que esta CUT, como está, seja estreita frente às necessidades do momento histórico que vivemos e insuficiente para, por si só, encaminhar a luta dos trabalhadores brasileiros.

Está claro para nós, ao contrário da concepção defendida por alguns grupos presentes ao CONCLAT, que a criação da CUT é uma iniciativa importante, mas não a prioritária e nem suficiente para garantir o êxito de nossa luta. Essas três letras não podem ser encaradas como uma panacéia que virá solucionar todos os problemas da organização da classe trabalhadora. A criação formal da CUT e a declaração de princípios em seus estatutos não servirão muito aos trabalhadores, se não forem acompanhadas de iniciativas visando a interação com os setores do movimento sindical excluídos desta entidade, e que tenham objetivos comuns, em todas as lutas concretas que travaremos durante este semestre e nos próximos anos.

A legitimidade e a força desta entidade, como de qualquer outra, serão sempre proporcionais à sua participação efetiva no movimento dos trabalhadores, e aumentarão na medida em que a entidade proponha encaminhamentos para a luta que venham ao encontro da vontade política dos trabalhadores, contribuindo concretamente para o avanço de sua organização e mobilização, e para a conquista de suas reivindicações.

O Movimento Docente e a(s) CUT(s)

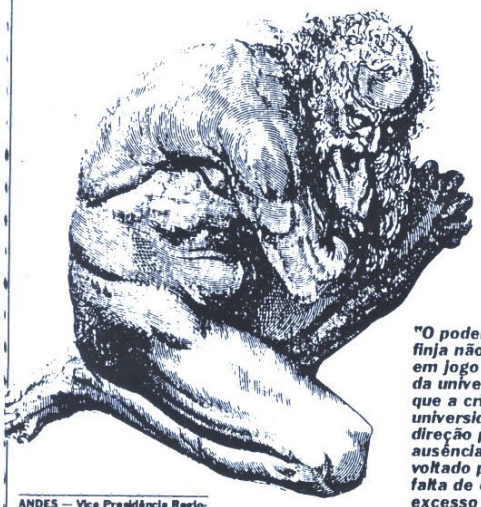
Pelas características das entidades representativas dos docentes universitários, sua amplitude de objetivos e seu caráter apartidário, entendemos devam, neste momento, se abster de se filiar ou de apoiar formalmente a CUT criada em São Bernardo assim como qualquer outra que possa ser criada por outras parcelas do movimento sindical, até que as lutas concretas de setembro e outubro tornem mais claras as perspectivas e os termos de uma unificação do movimento sindical.

Devemos, por outro lado, enquanto entidade representativa de uma categoria de trabalhadores, participar ativamente, ao lado dos demais setores do movimento, participantes ou não desta CUT, de todas as lutas concretas que julgarmos oportunas e corretas, no sentido da transformação política, econômica e social do Governo e da participação hegemônica dos trabalhadores na definição dos rumos do País.

Expediente
Boletim ANDES
Órgão oficial da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
R. Cardoso de Almeida, 900 - Perdizes
CEP 05013
São Paulo - SP
Tel.: (011) 864-7559
Editado sob responsabilidade da Secretaria Geral
Fotografia: Maria Inês Deak e Henrique Pereira Jr. (colaboração)
Jornalista-responsável: Relton Tracalossi (registro profissional nº 13.069)
Composição, Fotolitos e Impressão: Cia. Editora Jornês
R. Arthur de Azevedo, 1977 - Tel. 212-5061
São Paulo - SP
Tiragem: 46 mil exemplares
Circulação Nacional

O Projeto PARU e os descaminhos da reestruturação

O Projeto PARU é a mais nova sigla a ameaçar um projeto de Universidade voltado para o social



"O poder sabe, ainda que finja não saber, que está em jogo a direção política da universidade brasileira, que a crise da universidade é crise de direção política, é ausência de um projeto voltado para o social, é falta de cidadania, é excesso de burocracia".

ANDES — Vice Presidência Regional Sul/Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná.

A universidade brasileira vive um processo de avaliação patrocinado pelo MEC. Para melhor compreendê-lo precisamos recuperar alguns antecedentes. Logo após assumir a pasta da educação, a Sra. Ministra, rompendo o compromisso público assumido pelo Ministro Rubem Ludwig de que a comunidade universitária seria ouvida **antes** de qualquer deliberação, encaminhou a reestruturação em duas instâncias: a que se chamou de "revisão da reforma universitária", transferindo a discussão para o âmbito do CFE e as chamadas "pré-condições" (desvinculação do DASP e Orçamento Global), que passaram a ser tratadas por uma comissão do MEC/DASP/SEPLAN.

Em meados de novembro de 1982, depois de aguardar inutilmente resposta às suas reivindicações, o movimento docente declara-se em greve nacional como última forma de luta em defesa da universidade pública. Através da greve consegue-se bloquear a intenção expressa do Governo Federal de implantar as pré-condições bem como desmascarar o MEC a nível da opinião pública pela divulgação do que ficou conhecido como "documentos secretos", os avisos ministeriais nºs 474 e 477.

O conteúdo desses avisos seria implantado por decreto, conforme havia anunciado o Secretário Geral do MEC, se não fosse a resistência do movimento docente. Com a greve os docentes conseguiram mais uma vez barrar a estratégia da privatização montada pelo MEC e exigiram o direito de serem consultados. Nesse interim foi criado para avaliar a educação superior brasileira um Grupo de Trabalho composto por "dezessete especialistas das diversas áreas de conhecimento". Posteriormente e em consonância com este Grupo de Trabalho foi formalizado pelo Conselho Federal de Educação uma Comissão de Coordenação com a finalidade de avaliar a Reforma Universitária e propor alternativas para a educação superior no país. Esta Comissão, composta por três membros do CFE e três do Grupo de Trabalho, convocou a CAPES para implementar o Programa de Avaliação.

Para tanto foi constituído o Grupo Gestor da Pesquisa com a responsabilidade de "elaborar a estratégia geral de formulação integrada dos estudos e debates a serem desenvolvidos, coordenar a sua execução e sistematizar os resultados de todas as atividades implementadas". A CAPES conta para a concretização do PARU — Programa de Avaliação da Reforma Universitária — com apoio técnico e financeiro da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Conforme se lê em documento enviado pelo MEC a todas as IES, a "finalidade do PARU é identificar subsídios concretos e pertinentes tendo em vista a formulação de diferentes alternativas para a melhoria do ensino superior brasileiro".

De acordo com a metodologia proposta pelo MEC/CFE/CAPES, a execução do PARU foi estruturada em quatro etapas, "interdependentes, parcialmente concomitantes". Através destas etapas pretende-se "avaliar o sistema de educação superior, em seu conjunto, nele incluídas as universidades e instituições isoladas, públicas e privadas". Levará em conta as necessidades e aspirações da sociedade e desdobrar-se-á tanto "do ponto de vista da produção e transmissão do conhecimento, assim como a organização e o desempenho do sistema, principalmente no que se refere à gestão, à administração acadêmica, à administração financeira e de pessoal". Na Etapa I será realizada "uma análise das atuais condições da educação superior brasileira buscando captar o genérico e o específico entre diferentes tipos de IES.

Metodologicamente propõe-se que a avaliação da reforma ocorrida e a análise da realidade sejam realizadas conjuntamente". Nessa primeira etapa, conforme o documento de divulgação do PARU, "a participação efetiva da comunidade acadêmica se dá através da realização de estudos e debates" sobre a gestão da educação superior (poder e tomada de decisão, administração acadêmica, administração financeira e financiamento, política de pessoal) bem como sobre a produção e disseminação do conhecimento (ensino e pesquisa nas IES, integração entre IES e Comunidade). Os estudos integrantes desta etapa agrupam-se em dois tipos, um estudo base, compreendendo toda a temática referida acima, e diversos estudos específicos.

Na Etapa II, sob a coordenação do Grupo Gestor da Pesquisa, "far-se-á uma consolidação preliminar dos achados da etapa anterior, agrupando as questões em temas de maior abrangência e incorporando alternativas e sugestões". Na Etapa III, os documentos produzidos "serão debatidos em âmbito nacional, nas IES, nas associações e grupos envolvidos e na sociedade em geral". Na quarta (e última), a Comissão de Coordenação e o Grupo de Trabalho, com a colaboração de especialistas de sua escolha e a assessoria do Grupo Gestor da Pesquisa, consolidarão a avaliação da Reforma Universitária e definirão propostas para o sistema de educação superior a serem encaminhadas à apreciação do CFE. Se esta etapa não for a última, espera-se que seja cumprido o compromisso de encaminhar os resultados, com as contribuições dos docentes, ao Congresso Nacional em forma de projeto de lei, para nova e ampla discussão.

Em algumas universidades está se dando andamento à primeira etapa através de um estudo-base que será operacionalizado pela utilização de um instrumento padrão, formulado pelo Grupo Gestor da Pesquisa mas acrescido de algumas modificações feitas pelo Grupo de Pesquisadores pcais. O instrumento-padrão compõe-se de questionário para alunos, professores e administradores e de um roteiro para obtenção de informações complementares e necessárias à contextualização da avaliação. Este estudo-base deverá estar pronto até o final de fevereiro de 1984.

Após este histórico tentemos algumas considerações. No que diz respeito ao questionário vindo de Brasília e que será utilizado junto aos professores, mais de dois terços das perguntas referem-se ao ensino, pesquisa e extensão. O restante fica para política de pessoal docente, associação de docentes e gestão das IES. Esta desproporção tem sua razão de ser: combinando perguntas pertinentes com perguntas irrelevantes, o questionário nos dá a impressão de querer responsabilizar o professor pela crise que atravessa a universidade brasileira. Ora, o ensino, a pesquisa e a extensão desenvolvidas pelo professor não dependem apenas dele, mas antes das suas condições de trabalho, do desempenho administrativo e financeiro da instituição e, acima de tudo, da política educacional e social do Estado.

É preciso uma avaliação global da universidade que passe pelo professor mas sem deixar de questionar com profundidade as prioridades: verbas e democracia interna. Sob a alegação de que se trata de um questionário aplicável a todas as IES (autarquias, fundações, estaduais e particulares) muitas alternativas confundem, induzem e procuram respostas que reforçam o modelo das IES privadas. Numa questão sobre política salarial todas as alternativas apresentadas supõem a realidade dos salários diferenciados (seja por área de conhecimento, desempenho do docente ou atividades em que se envolva) "desconhecendo" que a luta das ADs e da ANDES por um padrão único de universidade, norteada segundo o princípio do ensino público e gratuito, da autonomia e democratização e da unificação das condições de pesquisa, ensino e trabalho (carreira unificada para todo o magistério superior, insonomia salarial, estabilidade no emprego, carga e estrutura curricular, regime de contratação, concursos públicos de ingresso na carreira, etc.), está mais próximo, democratizando-o, do modelo das autarquias, onde os salários são unificados.

Compreende-se mais o que pode estar por trás do PARU lendo-se o documento do MEC/SESu "Linhas Básicas da Programação da Área de Educação Superior para 1984" onde se consideram "as características da conjuntura econômico-financeira do país, no que tange especialmente ao esforço anti-inflacionário e à restrição severa dos dispêndios governamentais" (pág 3).

Assim, os pressupostos das diretrizes para 1984 significam contenção do ensino público e gratuito via crescimento zero, universidades de ensino e não de pesquisa; aumento da carga didática, desestímulo à capacitação dos docentes, salários reajustados abaixo da inflação, fechamento de hospitais-escola e de restaurantes universitários, desativação de laboratórios, etc. No item Gestão as perguntas que buscam informações sobre escolha de dirigente, referem-se a chefe de departamento, coordenador de curso e diretor de unidade ou setor. Nada acerca de reitor e muito pouco sobre os colegiados superiores.

A omissão explica-se: o poder sabe, ainda que finja não saber, que está em jogo a direção política da universidade brasileira, que a crise da universidade é crise de direção política, é ausência de um projeto voltado para o social, é falta de cidadania, é excesso de burocracia. Nenhuma pergunta sobre estatutos e regimentos quando somente uma profunda reformulação dos mesmos poderá garantir plena participação nas decisões pelos segmentos da vida comunitária. No questionário aplicável aos alunos não há nada sobre a implantação de cursos noturnos, que obrigaria a um aumento de vagas nas IES públicas e, consequentemente, a abertura de concursos para contratação de novos docentes.

As principais deliberações do 8.º Co

stas páginas, as principais deliberações do 8.º Conselho Nacional de Associações de Docentes, alizado em Goiânia, no mês de outubro.

Com a presença de 35 AD's, lizou-se em Goiânia o 8º Conse- Nacional de Associações de centes da ANDES, organizado as ADS da Universidade Federal la PUC de Goiás. As discussões grupos e nas plenárias concen- ram-se nos seguintes pontos da ita:

1 - Reestruturação da Universi- de; o programa PARU-MEC
2 - Movimento Sindical
3 - Lutas setoriais
4 - Finanças da ANDES e III ongresso

A seguir, apresentamos as princi- s resoluções do Conad.

Reestruturação da Universidade

1. 1 - Estratégia do Movimento relação aos projetos de lei ativos à Universidade

Em função da constatação de que ni dos projetos já conhecidos dos putados Roberto Freire e Aldo antes há cerca de cinco outros ojetos, que dizem respeito a odificações na estrutura do ensino perior do País, o Conad deliberou:

- Que a diretoria da ANDES me uma Comissão para discutir ai todos os parlamentares que ssuem projetos envolvendo a iversidade o melhor encami- amento sobre a questão
- Que esses parlamentares sejam ividados para uma mesa-redonda ser realizada durante o III Con- sso da ANDES, para debater s propostas com os professores, m a finalidade de se chegar a um ojeto único na Câmara e no Senado sobre cada matéria já aprovada pelas instâncias do movimento
- Editar um caderno contendo os projetos existentes e comentários sobre eles
- Recomendar às ADs que promovam discussões nas suas IES com a presença de parlamentares autores dos referidos projetos de lei.

Com relação às eleições diretas para reitores e demais dirigentes universitários, o Conad reafirmou a posição de que se promovam essas eleições com o intuito de criar impasses que pressionem o governo e as mantenedoras.

A questão das eleições da UERJ mereceu especial atenção, posicionando-se o Conad contra a intervenção do governo federal no processo de eleições de dirigentes que ora se desenvolve naquela IES, bem como contra a posição do CRUB sobre o assunto. Deliberou-se também:

- Que as ADS das IES estaduais pressionem as Assembléias Legislativas para a apresentação de projetos de lei do tipo que foi aprovado no Rio de Janeiro sobre as eleições de dirigentes universitários
- Reafirmar a luta pela reforma dos Estatutos das IES, no sentido de democratizar as universidades

1. 2 As diretrizes da SESU para 1984 e o Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU).

A diretoria da ANDES e a Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná apresentaram um informe detalhando sobre o PARU (Veja texto na pág. 3).

Sobre esse item da pauta, foi deliberado:

- Denunciar a orientação ideológica do PARU, que visa a diagnosticar a vida universitária tomando como padrão o modelo de eficácia empresarial das IES privadas, adotando para isso critérios e instrumentos de pesquisa tendenciosos
- A luta contra o PARU deve ser encaminhada tendo em vista a luta que a ANDES já vem desenvolvendo, no processo de reestruturação da universidade
- Protestar contra iniciativa do MEC de elaborar um processo de diagnósticos das IES, marginalizando do mesmo as entidades representativas da comunidade universitária.
- Reativar os Grupos de Trabalhos sobre a Política Educacional à nível da ANDES e da AD's. Em especial, neste momento, os grupos devem estudar o material existente sobre o documento da SESU e o programa PARU, enviando subsídios e propostas para o Congresso da ANDES

Promover a articulação das AD's das universidades escolhidas pela amostragem do MEC, tendo como objetivo a elaboração de uma estratégia unificada para o movimento docente. Divulgar a todas as ADs o caráter da pesquisa e seu andamento.

1. 3 Consórcios Interinstitucionais

Ao reafirmar a denúncia de que o objetivo desses consórcios é reforçar a privatização do ensino superior, foi aprovado pelo Conad a necessidade de se fazer um levantamento de dados concretos sobre esses consórcios, para propiciar uma ação efetiva em relação a eles.

Os dados serão trabalhados pelo GT do setor das particulares, que já vem estudando o problema. As informações devem ser enviadas à APROPUC-Campinas

1. 4 - Fundações no interior das IES públicas

- Denunciar que o objetivo dessas fundações é a privatização do ensino superior. O patrimônio público é utilizado para fins privados, com a cobrança inclusive aos professores pelo uso dos equipamentos
- Denunciar também que essas Fundações violam fundamentalmente a conquistas do movimento docente, tais como isonomia salarial e a unidade da carreira. O poder de decisão é alterado à medida que essas Fundações contratam professores para as IES públicas
- Promover a articulação dos vários segmentos da comunidade universitária, para combater essa estratégia de privatização do ensino superior público
- Que no próximo Congresso da ANDES, seja realizado um Seminário sobre as fundações privadas no interior das IES públicas
- Que o Grupo de política de transição das Federais Autárquicas integrado também pela APUFPr, elabore um documento sobre o assunto, remetendo-o à discussão do III Congresso.

As deliberações do Conad sol o Movimento sindical estão na última página.

No Congresso, a luta contra a 6.733

ADs presentes: ADUFS, ADUFSCAR, ASPUV, ADUnB, ADUFMAT, ADUFPI, ADUFPEL.

1.Sindicalização. Mediante os informes,constatou-se que diversas AD's perderam causa na justiça trabalhista (em relação ao reajuste salarial, por exemplo), em função do pequeno número de professores sindicalizados. Deliberou-se incentivar a sindicalização entre os professores, uma vez que este é um meio eficiente para conseguir as reivindicações trabalhistas. Além disso, as ADs que já tiverem alguma experiência de trabalho sindical deverão enviar para as demais relato escrito de sua experiências.

2. Campanha salarial. De acordo com os relatos, nenhuma associação docente conseguiu reajuste semestral superior ao estabelecido pelo decreto, até o momento. Com isso, os professores de IES Fundações foram reduzidos à situação comum de grande maioria dos assalariados brasileiros, perdendo algumas pequenas vantagens (negociação do índice de produtividade, manutenção do INPC integral, etc).

Em função disso, daqui para diante os docentes de IES Fundações deverão vir a ser enquadrados em toda a legislação salarial que vier a ser implantada (as ameaças de perda da semestralidade e de arrocho salarial são iminentes). Por isso:

- considerando que a questão salarial hoje é nacional, os docentes das IES Fundações devem se engajar no movimento geral dos trabalhadores contra o decreto 2.045 e demais medidas restritivas aos trabalhadores, impostas pelo governo, tomando parte ativa na greve de 25 de outubro:

- os docentes de IES Fundações não podem abrir mão do poder aquisitivo de seus salários. Para tanto, devem abandonar o INPC e assumir o indicador do DIEESE como base para cálculo de reajuste salarial, a exemplo do que está fazendo a ADUFSCar.

- os docentes deverão opor-se à "livro negociação" salarial, atualmente em estudo, uma vez que inexistem condições concretas para o exercício da negociação livre e uma vez que se trata de um mecanismo para reduzir os nossos salários e, quem sabe, retirar a semestralidade.

- considerando que algumas AD's obtiveram sucesso na justiça contra o decreto 2.045, alegando sua inconstitucionalidade, e em função disso conseguiram reajustes salariais e outras reivindicações de acordo com a legislação anterior, sugeriu-se que as AD's empreguem este mecanismo de ação;

3.6.733/79. O projeto de lei 1.659 83, que revoga a lei 6.733 79 para as IES Fundações, foi aprovado, com uma emenda que veda parcialmente a entrada do atuais reitores nas próximas listas sêxtuplas, pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. O projeto está pronto para entrar na plenária da Câmara. Deliberou-se a formação de uma comissão de docentes para atuar na Câmara, pressionando pela aprovação do projeto.

A tramitação deste projeto de lei abre concretamente, para os docentes de todas as IES Fundações, a possibilidade de participar na escolha dos seus dirigentes. Por isso as ADs deverão:

- desencadear em suas instituições processos de eleições diretas para todos os cargos, juntamente com os estudantes e funcionários;

- a fim de assegurar os resultados destas eleições, deverão tomar todas as medidas necessárias, promovendo inclusive a eleição para o Conselho Universitário, órgão que, de acordo com a lei 5.540, deverá formalizar a lista sêxtupla;

- as eleições diretas deverão fornecer condições para uma transformação profunda na estrutura da universidade, particularmente mediante a mudança dos regimentos e estatutos, onde os houver, e sua institucionalização, onde não existirem;

- os docentes fundacionais deverão discutir profundamente a estrutura da universidade, particularmente o papel e a função do Conselho Diretor (Conselho de Curadores).

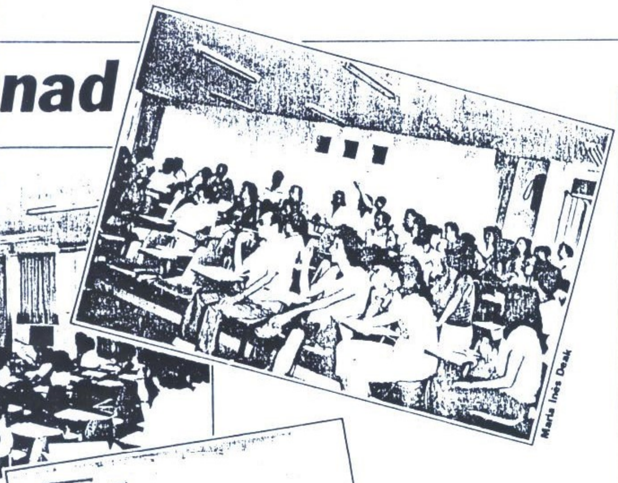
4.Suplementação de verbas. Deliberou-se denunciar a falta de verba para a manutenção das universidade; onde for possível, proceder a um levantamento quanto às reais necessidades orçamentárias dos departamentos e da Universidade, a fim de que se possa denunciar a falta de verbas; abrir a discussão sobre os orçamentos e denunciar a política de gastos das Reitorias.

Uma respo

Tendo em vista as constantes investidas do MEC, para a privatização do ensino, a serem impostas já em 1984, conforme Diretrizes de Planejamento para o próximo ano (Documento da SESU), os professores da rede particular, reunidos no 8º CONAD, tomaram um posicionamento contra os consórcios institucionais, através de uma carta a ser aprovada pela plenária final deste Conselho, considerando tais convênios localizados em que as instituições particulares possam utilizar instalações, bibliotecas, laboratórios e até pessoal docente das instituições públicas, baseados numa provável ociosidade da rede pública, com o falso argumento de preocupação com o nível de ensino da rede particular, vem contra a campanha de ampliação de vagas na rede pública, inclusive no horário noturno, e gerarão um descompromisso das mantenedoras em investir na qualidade do ensino particular, sobrecarregando o já reduzido orçamento das instituições públicas, e gerando inclusive desemprego de docentes na rede particular.

Entendemos ser este o primeiro passo para que, no momento em que a ANDES prega um padrão único para a universidade brasileira, o MEC invista numa falsa melhoria para o ensino particular, quando o objetivo principal é igualar o ensino das IES públicas e privadas com a finalidade de implantação do ensino pago nas primeiras, tão bem explicito nas Diretrizes para 1984, chegando a um "padrão único" contrário do defendido pela ANDES, ou

nad



Democratização e luta salarial

ASSOCIAÇÕES PRESENTES: ADUEL - Londrina, ADUEM - Maringá e Diretor da ANDES.

Os presentes passaram a apresentar informe de suas respectivas ADs e das situações em suas universidades. Apontaram para alguns pontos divergentes entre sua realidade e de outras estaduais.

Sobre as questões de discussão da pauta proposta pela Diretoria apresentam as seguintes considerações:

A — Democratização e Estatuto

Consideram que deve-se encaminhar uma luta para reformulação e regimento com os seguintes pontos básicos:

1. Eleições Diretas em todos os níveis;

2. Plano de Carreira e Capacitação de Docentes;

3. Autonomia Departamental.

Como encaminhamento propuseram além da luta em cada Fundação, tentativa de encaminhamento conjunto destas questões a nível estadual a partir de um encontro das Fundações para discussão do Plano de Carreira Docente.

B — Luta salarial

Com relação à luta salarial verificaram que onde há sindicato a luta é encaminhada por ele, e onde não há sindicato a associação tem procurado mobilizar a categoria.

O grupo propõe reunião entre os Sindicatos e ADs para discutir a questão.

Em debate a Campanha Salarial de 83

A campanha salarial deve ser discutida nas Universidades à luz de duas questões:

1 — a sua relação com a luta em defesa da Universidade, contra as diretrizes explicitadas pela SESU, pela liberação das verbas suplementares este ano, e por um orçamento para o próximo ano necessário e suficiente para desenvolvimento de todas as atividades da Universidade.

2 — relação com a situação nacional e a atual política econômico-financeira. Neste sentido propomos:

a) elaboração pela ANDES de um documento fazendo uma análise da conjuntura nacional, relacionando com a situação atual da Universidade (verbas, documento da SESU, etc.) e com a luta salarial dos docentes e servidores públicos, propondo uma direção política para o movimento. Este documento deverá servir de base para as discussões nas ADs.

b) envio ao MEC das reivindicações salariais estabelecidas no II.º Encontro dos Servidores Públicos Federais.

c) Assembléia por ADs a partir de 10 de outubro, procurando garantir uma intensa mobilização na semana de 24 a 27 de outubro.

d) Fortalecimento das Comissões Estaduais dos Servidores procurando organizar o dia 27 de outubro (Dia Nacional de luta do Servidor).

e) Buscar apoio das inter-sindicais e da CUT nos Estados para o desenvolvimento da campanha salarial integrando-se ao 25 de outubro.

f) Reunião dos Docentes das Autarquias em 6 de novembro para a avaliação da campanha salarial.

3 — Realizar nas ADs uma ampla discussão sobre a política de transição. O documento escrito pelo grupo de trabalho formadono VII CONAD "Reestruturação: Política de Transição para as Autarquias (algumas propostas iniciais)" deverá servir de subsídio para as discussões quanto à política de verbas.

A parte concernente à luta pelo padrão único de Universidade deverá ter como base:

a) responsabilização do Estado pela manutenção do ensino superior;

b) a institucionalização da verdade orçamentária;

c) a suplementação automática das verbas de acordo com os índices inflacionais que nortearão as discussões.

4 — O item referente a distorções de carreira foi objeto de informes de diversas ADs, onde os professores têm impetrado mandatos administrativos e/ou judiciais. Em Santa Catarina os professores ganharam o recurso.

...ticulares

...sta à crise do setor

...mplantação do ensino pago ...odo o ensino superior.

...consequência desta inves-...garemos a uma elitização do ...o que vem de encontro com a ...lítica de recessão imposta ao ...quando se reduzem as opor-...es de vagas, através de ...de cursos, ou até mesmo de ...mento total de alguns cursos ...ados deficitários pelo siste-...mas de fundamental importân-...o infra-estrutura para uma ...a do desenvolvimento bra-...o.

...e do atual quadro de crise ...eira por que passa o país, e se ...as IES privadas, principal-...a questão quase generaliza-...le boicote ao pagamento das ...por parte dos alunos, por ...condição financeira, o setor ...sua posição de que o ...responsável pela Educação ...o Ensino e não pode entregá-lo ...cialização através do ensino ...dando destaque para os ...itens a serem discutidos e ...lados nas bases do movi-...to docente:

...uestão do Ensino Público e ...no interior das Universi-...s Particulares. Como levar ...ssa bandeira de luta?

...Mais fácil lutar pelo ensino ...do que público, através da ...o dos recursos públicos já ...vados pelo 7º CONAD, com a ...de que haja uma separa-...da Instituição e Mantenedora ...de ensino), através de uma ...tização na Instituição sem ...es, para que a Comunidade Universitária decida sobre a aplicação dos recursos de que dispõe ou venha a receber de fora.

— Importância da troca de informações a respeito dos orçamentos das atuais IES particulares, em função da origem dos recursos: mensalidades, prestação de serviços, hospitais universitários, recursos públicos etc.

— As ADs devem se posicionar quanto aos movimentos dos estudantes por redução das mensalidades, para se tomar um posicionamento **unitário** a nível nacional, visto que muitas ADs sofrem um relativo desgaste quando as direções das escolas jogam os docentes contra os alunos, alegando questões salariais.

— Criticar a própria gestão da Universidade, desvinculando reajuste das anuidades com salário dos professores, de modo que os órgãos colegiados tenham influência na destinação de recursos, a fim de que diante da atual crise as mantenedoras não continuem acumulando recursos.

— Exigir através da participação na destinação dos recursos uma negociação dos custos reais do ensino.

Acreditamos que os pontos acima colocados procuram uma saída real para a atual crise por que passa o ensino superior privado, diante da impossibilidade de se custear o ensino apenas com as anuidades e de modo a que não venha ocorrer uma elitização do ensino que traria profundos reflexos nas necessidades futuras da Nação.

Mais um atentado contra a autonomia

O Projeto de Lei nº 216/83, do deputado Carlos Sant'Ana, introduzindo modificações na Lei 5.540 quanto à fixação dos currículos mínimos dos cursos superiores — já aprovado nas Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados — representa uma grave ameaça à autonomia universitária, tendo sido rejeitado pelo movimento docente a nível nacional durante o 8º Conad.

De acordo com o projeto de lei, o artigo 26 da Lei 5540 seria acrescido de novos parágrafos que ampliam a função do CFE no que diz respeito aos currículos mínimos dos cursos de graduação. Assim, caberia ao CFE, além de definir as matérias e a duração mínima dos cursos, compor essas matérias em disciplinas, determinar seu conteúdo programático, sequenciá-las em semestres letivos nacionalmente idênticos, fixando suas cargas horárias e créditos.

Segundo justificativa apresentada, o projeto tem como objetivo sanar as dificuldades relativas à transferência de alunos de uma instituição a outra. Contudo, se aprovado, ele representará uma ameaça à autonomia universitária, negando a autonomia didático-pedagógica das IES e retirando do âmbito de cada uma o poder de decidir e responsabilizar-se pelo seu projeto de ensino.

Deliberações do Conad

1 — Nota do Conad rejeitando o projeto

2 — Estratégia para impedir sua aprovação: uma Comissão (a ser definida pela diretoria) deve contatar o deputado, solicitando, por escrito, a retirada do projeto. Caso a tentativa não tenha sucesso, a Comissão contatará deputados para, através de mecanismos parlamentares, adiar a votação da matéria, de modo a possibilitar uma maior articulação do movimento.

3 — A ANDES deve contatar entidades profissionais e outras entidades nacionais, visando a buscar apoio. A diretoria da ANDES levará essa posição ao Congresso da UNE.

4 — As AD's devem contatar entidades locais de estudantes, divulgar aos docentes as informações sobre o projeto, buscando inclusive apoio junto aos órgãos colegiados das IES.

Pelo fim da intervenção na UnB

Professores e alunos paralisaram nos dias 28 e 29 de setembro a Universidade de Brasília para promover o Encontro pelo Fim da Intervenção na UnB.

Realizou-se, nos dias 28 e 29 de setembro, na Universidade de Brasília, o primeiro debate destinado à formulação de propostas concretas de ação orientadas no sentido de se alcançar o fim da intervenção que perdura há anos nesta Instituição de Ensino. Durante dois dias, a comunidade acadêmica paralisou suas atividades a fim de discutir os rumos de sua Universidade, seguramente a mais marcada pelo autoritarismo nos últimos 20 anos.

Os fatos marcantes na história da Universidade de Brasília têm sido as constantes intervenções do poder autoritário, entremeadas por invasões policiais e por perseguições de caráter político, movidas principalmente contra professores. Não obstante, a Instituição tem resistido e não cessa de buscar o seu verdadeiro caminho, porque nela sobrevivem estudantes dedicados e docentes capazes, todos imbuídos do mais firme desejo de construir em Brasília uma Universidade fundamentalmente comprometida com os idéias democráticas deste País.

A luta pelo fim da intervenção na Universidade de Brasília foi prestigiada por expoentes da intelectualidade brasileira, como os professores Fernando Henrique Cardoso e José Artur Gianotti; por representativas lideranças políticas, como os deputados João Hermann e Aldo Arantes; pela ANDES; pela União Nacional de Estudantes (UNE) e por diversas entidades de classe.

Democratizar a Universidade de Brasília significa eliminar o poder discricionário e centralizador, personificado na figura do reitor, José Carlos Azevedo, que veio para a UnB nos fins de 1968 e como Vice-reitor desde 1970, se impôs como mandatário da nossa sofrida Universidade, transformando-se num especialista em provocação de crises. Nomeado reitor em 1975, e reconduzido em 1980, por força da famigerada Lei 6.733/79, José Carlos Azevedo ainda resiste como baluarte do autoritarismo que, paulatina e progressivamente, vai sendo destroçado pelo avanço da abertura democrática.

A UnB dos últimos 15 anos tornou-se uma instituição desvinculada dos reais anseios da Nação. Sua administração tem negligenciado o ensino e a pesquisa em favor de atividades de extensão totalmente alheias aos reclamos da sociedade brasileira. Exemplos dessas atividades são os chamados "Encontros da UnB", de caráter meramente promocional, como o que resultou no "affaire" Kissinger.

Importa assinalar que a Administração Central desativou todas as atividades destinadas à comunidade externa, tais como o Hospital de Sobradinho, o Centro Integrado de Ensino (CIEN), e demais experiências relacionadas com a destinação social da Universidade.

Na verdade, toda experiência integrada de ensino foi destruída, e os Centros de Estudos foram completamente desmantelados: Centro de Estudos Clássicos, Centro de Estudos Portugueses, etc. Nesta perspectiva, surge a pergunta sobre o sentido da chamada "Universidade Aberta" que se tenta implantar. Como é possível uma "Universidade Aberta" que, paradoxalmente, se fecha e se recusa aos legítimos anseios da comunidade?

Universidade aberta x sociedade fechada

A primeira pergunta que se impõe diz respeito à Política Nacional de Ensino, constitucionalmente subordinada ao Ministério da Educação e Cultura. Importa saber por que razão a Universidade de Brasília vem tentando transformar-se num Ministério paralelo, orientado no sentido de implantar uma "Universidade Aberta" sem nenhuma consulta à sociedade brasileira, sem nenhum esclarecimento objetivo sobre a conveniência de tal projeto educativo de âmbito nacional e, sobretudo, à revelia do MEC.

O problema ainda é mais grave, na medida em que o material didático deste projeto é concebido e elaborado por uma matriz cultural estrangeira. De um projeto desta amplitude, destinado a exercer um papel decisivo na formação de padrões cognitivos e axiomas de condutas, a exigência mínima é que corresponde ao perfil do homem brasileiro e aos legítimos anseios da comunidade nacional.

A Universidade Aberta defendida pela Administração Central da Universidade de Brasília constitui crime de lesa-pátria pelos motivos subseqüentes: a) não só a problemática geral, mas também as hipóteses específicas de cada plano de ação são elaboradas no exterior, de tal modo que até mesmo os instrumentos de ensino já chegam esboçados, não restando, portanto, aos pesquisadores locais, senão a obscura tarefa da tradução e adaptação dos questionários; b) mediante sistemática vinculação das atividades docentes aos modelos deste projeto transcultural, os cursos universitários se transformam em centros de repetição e condicionamento de atitudes e desempenhos completamente alheios e estranhos aos reclamos da nacionalidade; c) submetido ao horizonte conceitual definido por tais projetos, o estudante só se prepara para eventualmente intervir como colaborador subalterno nas pesquisas científicas planejadas no exterior, permanecendo despreparado para exercer atividades profissionais em consonância com as necessidades do meio local, oficial ou privado (empresas, indústrias, etc.); d) neste contexto, o trabalho original e, sobretudo, destinado à resolução de graves problemas nacionais, além de ser neutralizado pelo estilo de produção cultural dominante, também se converte em encargo penoso através de sistemática marginalização ou de criminosa perseguição.

Noutros termos, o estabelecimento deste modo de produção conta com um eficiente sistema de realimentação da ideologia da subserviência: a probabilidade de que se desenvolvam projetos autônomos de pesquisa é mínima, pois, quanto mais autônomo for um projeto de investigação, tanto menor será a possibilidade e obter financiamento e recursos materiais, tanto locais como externos; e) afinal, o projeto transcultural que preside à gênese da "Universidade Aberta" inviabiliza o compromisso da Universidade com os verdadeiros destinos deste País, comprometendo seriamente a soberania nacional. Numa palavra, a Administração Central não quer abrir a Universidade para receber a sociedade brasileira. Pelo contrário, só pretende abri-la no sentido de torná-la vulnerável aos influxos do imperialismo cultural.

O impasse atual

O ensino e a pesquisa ainda resistem na Universidade de Brasília graças ao trabalho de um corpo docente digno e competente, mas que hoje começa a dar sinais de não mais suportar o desrespeito com que tem sido tratado pela Administração Central. Esta Administração tem-se mantido graças à conivência de órgãos colegiados subservientes, como o próprio Conselho Universitário, que foi constituído em 1977 em função de designios obscuros, e que teve como primeira "missão" efetivar punições impostas a estudantes que participaram de uma passeata no Campus. Trata-se de um órgãos que nasceu sob o signo do arbítrio e do ímpeto de punição e que, por isso mesmo, nada tem a ver com os propósitos educacionais desta Instituição.

Assim, quando a comunidade universitária fala em democracia e luta pelo fim da intervenção na Universidade de Brasília, não o faz movida por impulso de retórica. Ela quer tão-somente respirar os ares da abertura que já chegaram a instituições congêneres. Democratizar a Universidade de Brasília significará o oferecimento de ensino, pesquisa e extensão voltadas para as reais necessidades da nação. Diante do exposto, é absolutamente inaceitável que essa Universidade continue à mercê dos caprichos de uma Administração despótica, que não enxerga além de objetivos obscuros e personalistas.

Os professores da Universidade de Brasília querem trabalhar com dedicação, seriedade e, sobretudo, com dignidade. Apenas isto. E nada mais. Querem e exigem, portanto, o fim da intervenção nessa Universidade.

As resoluções do I Seminário da ANDES/UNE e FASUBRA

Pela primeira vez na história da Universidade brasileira, professores, estudantes e funcionários reuniram-se para debater as principais questões que envolvem o ensino superior, durante o I Seminário Nacional sobre a Universidade brasileira, convocado pela ANDES, União Nacional dos Estudantes e Federações das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras e realizado de 2 e 4 de setembro na PUC-SP.

SÍNTESE DAS DELIBERAÇÕES

1 - Carta de São Paulo - documento divulgando a realização do Seminário e as principais resoluções.

2 - Formação de Grupo de Trabalho para reunir material sobre a "Memória da Universidade Brasileira".

3 - Realização de nova atividade conjunta entre professores, estudantes e funcionários.

4 - Conclamar a Comunidade Universitária a participar de todas as formas de lutas, entendendo a greve geral como forma mais adequada, para derrotar o Decreto-Lei 2.045, pelo rompimento dos acordos com o FMI e o não-pagamento da dívida externa e na defesa irrestrita dos interesses da maioria da população trabalhadora.

5 - Realização de um Dia Nacional de Mobilização da Comunidade Universitária, em 28 de setembro de 83, com os seguintes eixos: mais verbas para a educação, ensino público e gratuito, autonomia e democratização da Universidade, rompimento dos acordos com o FMI e eleições diretas para a Presidência da República.

6 - Revogação imediata do decreto-Lei 6.733.

7 - Eleições diretas para reitores e demais cargos.

8 - Eleições diretas para todos os órgãos de direção universitários.

9 - Gestão democrática em todas as instâncias de deliberação, através da participação paritária de professores, estudantes e funcionários.

10 - Legalização e reconhecimento de todas as entidades estudantis.

11 - Dotação orçamentária suficiente para o atendimento de todas as atividades da universidade e do ensino de 1º e 2º graus.

12 - Suplementação imediata de verbas para as universidades públicas.

13 - Repúdio às diretrizes do MEC para 1984 e elaboração de documento.

14 - Posicionamento contra o Projeto MEC CRUB 1984 e elaboração de documento.

15 - Pelo congelamento de vagas na rede privada e pela expansão da rede pública.

16 - Denúncia do CFE enquanto porta-voz dos interesses privados e repúdio ao Parecer Ferraz, favorável ao ensino pago nas universidades públicas.

17 - Democratização dos Conselhos Estaduais de Educação e representação democrática nesses órgãos.

18 - Controle das aplicações de verbas pela Comunidade Universitária.

19 - Denúncia da proliferação das Fundações interior da universidades públicas.

Recomendação: discutir a proposta da ANDES sobre financiamento público para as Universidades particulares.

20 - Enfatizar os Deptos. como instâncias básicas para a discussão acadêmica, através de mecanismos como reuniões interdisciplinares e técnico-administrativas e atividades inter-classes.

Recomendação: Discutir a necessidade da participação dos setores da sociedade civil.

21 - A nível nacional, os currículos devem garantir: (a) regionalização dos currículos plenos e (b) currículos mínimos de vigências nacional.

22 - Que as categorias profissionais participem de elaboração dos respectivos currículos, na forma determinada pela comunidade universitária.

Recomendação: discutir a proposta da ANDES de formação de um Conselho Inter-Universitário.

23 - Acompanhamento do desenvolvimento da avaliação por professores e alunos.

24 - Divulgação dos critérios e resultados das avaliações feitas pela CAPES, MEC, CNPq, dos cursos de pós-graduação.

25 - Participação na avaliação com pessoas eleitas pela comunidade universitária.

26 - A pesquisa deve ser voltada para o desenvolvimento científico, levando em consideração prioritariamente as necessidades sociais.

27 - Padrão de pesquisa que elimine as distorções e o autoritarismo e assegure uma produção cultural e científica verdadeiramente criadores, visando à maioria da população.

28 - Repúdio à política de cortes de verba.

29 - Repúdio à criação de Fundações junto as universidades federais autárquicas.

30 - O Estado deve responsabilizar-se pela manutenção da pesquisa, do pós graduação e extensão, com verbas do MEC.

31 - Pela valorização do técnico na pesquisa, com a criação de uma carreira do técnico.

32 - Pela prestação de contas das pesquisas à Comunidade.

33 - Pelo regime de dedicação exclusiva à docência e à pesquisa.

34 - Pela compatibilização das bolsas de pós-graduação com as necessidades de manutenção dos pós-graduandos e pela manutenção de bolsas a todos que tenham seus programas aceitos.

35 - Definir o caráter das denominadas "bolsas de trabalho", que têm sido utilizadas como fomentadores da mão-de-obra burocrática.

36 - Que a extensão, enquanto existir, seja gerada e gerida via Depto., visando ao interesses reais das populações atendidas.

37 - Instalação de creches na IES e manutenção nas creches existentes.

38 - Criação de comissão paritária do Pessoal técnico-Administrativo, eleita diretamente pela comunidade (CP1A).

39 - Facilidade no meio de transporte para funcionários.

40 - Alimentação subsidiada.

41 - Bolsas de estudo para funcionários e seus dependentes.

42 - Política habitacional, com a construção de apartamentos nos campi, para serem alugados a professores, estudantes e funcionários.

43 - Horário corrido para o pessoal técnico-administrativo, desde que se mantenha o funcionamento das IES em tempo integral e o regime de trabalho e carga horário dos professores.

44 - Abertura dos restaurantes nas férias.

45 - Criação de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS).

46 - Assistência médico-hospitalar gratuita.

47 - Apoio às reivindicações de Carreira Docente proposta pela ANDES.

48 - Pela Carreira Unificada do Pessoal Técnico-Administrativo.

49 - Que os novos recrutamentos de servidores através de convênios sejam transformados em contratações dentro do quadro de cada IES, mediante concursos públicos.

50 - Encaminhar as propostas referentes às condições de trabalho para o II Encontro dos Servidores Públicos do Brasil e para o Congresso da CSPB.

51 - Realizar um Dia Nacional de Luta contra a Política Econômica do Governo, pelo rompimento dos Acordos com o FMI e pela revogação do decreto-lei 2.045.

O Movimento das AD's

UERJ resiste e realiza eleições

Através de liminar do Supremo Tribunal Federal, foram suspensas as eleições diretas para reitor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, previstas pela Lei 672, aprovada por unanimidade pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

A Lei 672 prevê eleições diretas para lista tríplice de reitor e eleições diretas simples para diretores de unidade e Centros Setoriais da UERJ. Trata-se da primeira universidade no Brasil a ter eleições diretas para os cargos de direção regulamentadas por lei e sua aprovação representou uma significativa vitória de professores, funcionários e estudantes, representados por suas entidades – ASDUERJ, ASUERJ e DCE.

Contudo, uma vez aprovada a lei, começaram as pressões. Reitores de dezenove universidades compareceram ao MEC e em contato com a ministra da Educação, Esther E. Ferraz, criticaram a decisão de eleições diretas para os cargos de reitor e diretores de centro e de unidade.

Ao mesmo tempo, o MEC encaminhou pedido junto à Casa Civil contra a realização das eleições e a Procuradoria Geral da República requereu liminar ao STF, declarando a inconstitucionalidade da lei. Essa atitude representa o rompimento de compromisso assumido pela ministra da Educação com a ANDES de que não seria tomada nenhuma atitude para impedir a realização das eleições.

Da mesma forma, a reitoria da UERJ emitiu nota ameaçando os professores. Contudo, a comunidade universitária realizou nos dias 18 e 19 uma eleição não oficial e levará seu resultado ao Conselho Universitário, para que endosse os nomes escolhidos pela comunidade.

A ANDES mantém-se ao lado das lutas da comunidade universitária da UERJ, tendo enviado ao MEC e à reitoria da Universidade carta protestando contra as medidas que impediram a aplicação da Lei 672.

Demissão na Unesp-Assis

Depois de uma brutal invasão por tropas policiais, ocorrida em agosto, a Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (Unesp), continua palco de arbitrariedades, agora com a demissão do prof. Antonio Merisse, do Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis, ocorrida no dia 30 de setembro.

A Associação dos Professores da Unesp-Assis repudiou a atitude do reitor Otávio Ramos, afirmando que o real motivo da demissão não foi o atraso na entrega de um plano de pesquisa, mas sim a participação do professor em movimentos reivindicativos ocorridos no campus de Assis.

Em nota conjunta, a ADUSP, a Adunicamp e a Adunesp protestaram contra a demissão, que "se configura como ato claro de intimidação à comunidade universitária", defendendo eleições livres e diretas para a escolha de diretor das unidades da Unesp.

Resposta ao reitor da UFU

No final do primeiro semestre, oito professores do Depto. de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia foram demitidos arbitrariamente, depois de serem submetidos, em 1982, a um inquérito administrativo que nada apurou contra eles.

Em nota publicada no dia 15 de julho em vários jornais, o reitor da UFU, Ataulfo Marques, veio a público tentar dar explicações sobre as inúmeras arbitrariedades que têm sistematicamente ocorrido na Universidade.

Seis entidades – Sindicato dos Professores-MG, DCE-UFU, Conselho de Diretórios Acadêmicos-UFU, PMDB, PT, Pastoral Operária e CUT – em nota à imprensa e à população, responderam à carta do reitor, afirmando que ela "não responde aos questionamentos que estão sendo feitos pela comunidade e que foram entregues em documento assinado por diversas entidades representativas da sociedade civil".

A nota contesta as afirmações contidas na carta de que o reitor tomou as medidas administrativas cabíveis para a apuração de supostas irregularidades e que o Depto. decidiu por maioria colocar os professores à disposição da Administração Superior.

Segundo as entidades, "para apurar" as irregularidades, a Reitoria instaurou um procedimento administrativo totalmente anormal. Instaurou inquérito e, mais tarde, negou que o tivesse feito. "Passou a chamar 'simples sindicância' o processo que realizou, sem formalizar acusações, sem permitir defesas e sem publicar suas conclusões".

Quanto à decisão do Depto., a resposta ao reitor afirma que "a reunião onde a decisão foi tomada realizou-se com o Depto. sob intervenção, com a presença de guardas armados na porta da sala, o que exemplifica o clima intimidatório que se impôs".

Até mesmo a cédula de votação, com os nomes dos demitidos, foi previamente elaborada e a deliberação "se fez sem que se formalizasse qualquer acusação, sem a presença de quatro dos oito acusados, o que não permitiu aos professores apresentar qualquer defesa e dispensou a apresentação de qualquer prova".

Terminando a carta, Marques faz uma elogiável manifestação de apoio à autonomia Universitária, um tanto estranha para quem tem lançado mão de uma ostensiva repressão e que demitiu dezenove professores, nos últimos dois anos.

Entidades de bolsistas brasileiros na França e na Inglaterra

Foi criada em Paris uma associação de professores, pesquisadores e estudantes brasileiros na França, atuando como órgão de apoio aos brasileiros que estejam desenvolvendo atividades acadêmicas e culturais naquele país.

A associação representa um espaço de debate para articular a cooperação entre as comunidades universitárias brasileira e francesa. A ANDES recebeu convite da entidade para participar de futuras atividades a serem programadas.

Os professores que estão viajando para a França ou que desejam manter correspondência podem entrar em contato com a associação pelo seguinte endereço: **Blanca Brites - 199 Boulevard Pereire, 75017 - Paris.**

Também em Londres os bolsistas brasileiros fundaram uma associação, atualmente presidida pelo prof. José Benedito Schenckler, ex-secretário geral da Associação dos Docentes da Unicamp e membro fundador da ANDES.

Nasce a APUD

No dia 20 de junho, foi fundada em assembléia geral a Associação de Professores Universitários de Diamantina (APUD), quando foi aprovado o Estatuto da entidade, que prevê a filiação dos docentes "de qualquer Universidade ou Estabelecimento de Ensino Superior da área metropolitana de Diamantina (MG), ainda que isolados ou filiados a entidades particulares".

A criação da APUD foi o resultado do trabalho de uma Comissão Pró-AD, criada em setembro de 1982, com a presença de dez docentes da Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina.

Eleições nas AD's

Ajeuma

Tomou posse no início de agosto, após um processo eleitoral tumultuado pela Reitoria, a nova diretoria e os Conselhos Fiscal e Deliberativo da Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão.

Integram a nova diretoria os professores: Arlindo dos Santos Raposo (presidente), José Augusto Michel (vice), Ieda Cutrim Batista (secretária geral), Diana Amorim Moura (2ª secretária), Raimundo Silvério Freire (tesoureiro geral) e Raimundo Nonato Sousa (1º tesoureiro).

Adunicamp

No dia 29 de setembro, foi empossada a nova diretoria da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Campinas, constituída pelos seguintes membros: Renato Atílio Jorge (presidente), Gastão Wagner de Souza Campos (1º vice), Carlos Henrique de Brito Cruz (2º vice), Odas Valente de Aviles Filho (1º secretário), Kikyo Yamamoto (2º secretário), Mário Ferreira Presser (1º tesoureiro) e Nilo Sérgio Sabbião Rodrigues (2º tesoureiro).

ADUFS

No mês de outubro a atual diretoria da Associação dos Docentes da Universidade de Feira de Santana completa seus dois anos de mandato. Com a finalidade de abrir a discussão do processo eleitoral para a escolha da nova diretoria, está sendo convocada uma Assembléia Geral para o dia 20 de outubro, às 16 horas, com a seguinte pauta: (a) escolha da Comissão Eleitoral; (b) estabelecimento de prazo para a apresentação e registro de chapas e (c) estabelecimento de data para a realização da eleição.

Professores mobilizados impedem demissão

A profª Nair Guannello de Araújo Moreira, do Depto. de Psicologia e presidenta da Associação dos Docentes do Centro de Estudos Superiores de Londrina, no final do 1º semestre foi notificada de sua demissão da Instituição. A exoneração só foi suspensa graças à intensa mobilização dos professores.

O motivo formalmente alegado para a demissão foi a necessidade de contenção de despesas, mas oficiosamente fez-se chegar à professora a informação de que a demissão deveu-se a seu desempenho "em fazer a cabeça dos alunos", segundo a frase textual do informante.

A Adsce, considerando que estimular o exercício do pensamento crítico entre os alunos constitui parte integrante, "essencial e irrecusável do ofício docente", julgou inaceitável a punição por "delito de opinião" e, juntamente com os professores do Depto. de Psicologia, mobilizou-se imediatamente contra a medida até que a direção da Cesulon foi compelida a tornar a exoneração sem efeito.

A partir desta edição, o Boletim da ANDES passará a publicar regularmente uma seção de cartas, aberta a todos os leitores.

Senhor secretário geral.

Com referência aos conceitos emitidos, a título de cobertura de um pretenso "I Seminário Internacional de Educação Popular", desejamos manifestar nossa desconformidade pelo uso de nosso boletim (impresso com o dinheiro de todos os professores associados às ADs) para divulgação unilateral dos pontos de vista de entidade ligada a governos repressivos, como o da Nicarágua.

É verdade que a censura a imprensa naquele país, (os jornais da oposição são retirados de circulação quando publicam matéria que não agrada o regime), a freqüente prisão, confisco de bens de outras arbitrariedades contra a oposição política, tem inibido a organização de entidades livres e representativas dos segmentos da população. (Nem mesmo a palavra do Papa pode ser houvida em paz, com grupos pára-militares organizados para abafar a sua palavra e deslgar microfones). Mas se houver realmente a intenção de intercâmbio de experiências, se encontrará, entre os professores independentes, uma avaliação justa sobre as fanfarronices contadas pelo representante oficial.

Do Boletim da ANDES, como órgão de divulgação de uma entidade livre, representativo de entidades independentes e que propugnam por um ensino e regime democrático, o mínimo que se pode esperar é a busca destas opiniões contraditórias se a intenção é esclarecer os filiados.

Mesmo sem a procura destas opiniões, não é difícil identificar, nas declarações do representante oficial da Nicarágua, o caráter policialesco e repressivo da entidade que representa, citado em vários eufemismos contidos na reportagem.

O articulista ou entrevistado, embora reconhecendo que as universidades "mantiveram uma atitude combativa durante o processo de insurreição popular", tenta justificar as perseguições políticas atuais, aos que discordam do regime, com o argumento de que "o magistério foi durante muito tempo um instrumento do Somozismo". Nem esconde o caráter oficial da sua organização. Cita que "os professores comprometidos", reunidos na sua organização, estão "executando tarefas políticas dentro do próprio magistério", o que significa apoio à perseguição aos que discordam da linha oficial, e todo tipo de restrição a atividade de magistério verdadeiramente livre de condicionamentos, além dos ditados pela própria consciência dos professores.

Poderíamos discorrer sobre vários eufemismos inseridos no artigo mas o objetivo da nossa manifestação é, antes de tudo, protestar pelo comprometimento das lutas, evidentemente democráticas dos docentes brasileiros, configuradas em desejos de autonomia Universitária, respeito às opiniões discordantes, preservação da liberdade de expressão e tantos outros princípios democráticos dos quais o regime, cuja apologia foi feita no referido artigo, são a própria negação.

Desconhecemos qualquer decisão ou escolha programática feita pelas bases docentes que possa ser invocada para legitimar a opção do Boletim da ANDES em favor de regimes repressivos. Nem se pode chegar a simples cobertura jornalística de um evento, pois o artigo é muito mais do que uma notícia crítica de uma reunião.

O mínimo que se pode esperar, para recolocar a imparcialidade perdida, é que se busque as verdadeiras forças livres e desvinculadas do regime daquele país para que também tenham a oportunidade de expressar seu pensamento aos docentes do Brasil.

Por outro lado, acreditamos que a ANDES fica com a sua imagem comprometida e o seu trabalho de representação desvirtuado e prejudicado, quando sai pelo mundo afora, selecionando quem deve gozar de espaços no seu boletim, comprometendo-se com alguns tipos de luta e omitindo-se em relação a outros tão ou mais justos (Poloneses, Afegãos, Cubanos Exilados, Cambojanos, Nicaraguenses Exilados, etc.).

Atenciosamente

Paulo Jorge Sarkis
Professor - Universidade Federal de Santa Maria

Santa Maria - RS

O Boletim da ANDES, como orgão de uma entidade livre e democrática, entende que manifestações como a do professor Paulo Jorge Sarkis, da Universidade Federal de Santa Maria, devem ser publicadas e debatidas, mantendo assim o caráter democrático deste orgão informativo.

Assim mesmo, democraticamente, nos permitimos discordar da posição do professor.

Não ouve um "pretenso", evento, mas o I Seminário de Educação Popular, realizado em Piracicaba na última semana de maio, que teve a participação de delegações oficiais da Nicarágua, Bolívia e El Salvador, e pelo Brasil do educador Paulo Freire e do professor Luis Eduardo Vanderley, além de diversas entidades envolvidas com a problemática da educação, entre as quais a ANDES, e a participação de mais de 800 inscritos de todo o país.

A respeito do desconhecimento citado, "de qualquer decisão feita pelas bases de docentes que possa ser invocada para legitimar a opção feita pelo Boletim da ANDES em favor de regimes repressivos", devemos lembrar que o último Congresso Nacional da ANDES, realizando em Fortaleza, bem como em vários CONAD's, aprovou a moção de apoio às lutas pela libertação dos povos da América Central, com referência especial a Nicarágua e El Salvador, pela conquista dos direitos democráticos na Bolívia, bem como contra a repressão na Polônia e Afganistão.

Quanto à "procura de verdadeiras forças livres e desvinculadas do regime da Nicarágua, que possam expressar seu pensamento aos docentes do Brasil", queremos perguntar que "forças livres" são essas? A FDN ou a ARDE, de Eden Pastora? Sobre as atividades destas "forças livres", a imprensa diária tem divulgado suficientemente suas atividades, não deixando de caracterizar as suas vinculações à CIA e a sua composição de ex-somozistas.

O debate em torno deste e outros assuntos só enriquece o boletim e o movimento docente. Agradecemos ao professor Sarkis, que manifestando a sua posição de discordância com o enfoque, permite demostrar o caráter democrático de nosso Boletim e de nossa entidade.

8.º Conad propõe caminho da unificação

Aqui, as deliberações do 8.º Conselho Nacional de Associações de Docentes (Conad) e abaixo a participação dos professores na luta de todos os trabalhadores.

Considerando o conjunto de informes e justificativas apresentado pela diretoria ao movimento e às AD's sobre a posição assumida frente aos acontecimentos recentes do movimento sindical brasileiro, o Conad resolve:

1 - Participação da ANDES no Conclat - Praia Grande, encaminhando em relação a ele o seguinte posicionamento:

a - manifestação do Conad em protesto pela modificação do artigo 8º do regimento, que permitia a participação, através de assembléias devidamente fiscalizadas pelas Intersindicais, de categorias cujas diretorias sindicais se negassem a convocar assembléias para eleição de delegados.

b - participação de delegação da ANDES manifestando o nosso posicionamento:

b.1 - pela necessidade de unificação concreta do movimento sindical como condição essencial para a resistência dos trabalhadores às medidas de arrocho da política econômica.

b.2 - atuar para que não seja criada uma nova Central, por entender que isso aprofundará a fratura do movimento e não votar a favor de sua criação

b.3. - Pela necessidade de um entendimento entre as lideranças da articulação que organiza o Conclat-Praia Grande e aquelas da CUT.

2 - Remeter ao III Congresso da ANDES a deliberação sobre a filiação a uma Central Sindical.

3 - Até lá, reconhecer a CUT como entidade e se relacionar com ela como tal, bem como com a Comissão Organizadora do Conclat-Praia Grande e a forma organizativa nacional que venha a ser definida neste, como legítimas e representativas do movimento sindical brasileiro.

A ANDES se empenhará pelo encaminhamento unitário das lutas de interesse geral do trabalhadores propostas por qualquer dessas instâncias

4 - O 8º Conad indica às AD's a paralisação por 24 horas no dia 25 de outubro contra os decretos-Lei 2036 e 2037 e quaisquer outros que venham a substituí-los com os mesmos efeitos, bem como contra o conjunto de medidas econômicas resultantes dos acordos com o FMI

4a - A Andes encaminhará posição de paralisação por 24 horas como proposta ao conjunto do movimento sindical

4b - Recomenda-se às AD's preparar a paralisação, que será definida pelas Assembléias Gerais convocadas até o dia 25, através de documentos de esclarecimentos do professorado das formas específicas pelas quais essas medidas econômicas afetam a Universidade em geral e o corpo docente em particular e também com a divulgação exaustiva de todos os informes sobre adesões, caráter, prazo etc.

4c - A ANDES encaminhará às outras entidades informe sobre a adesão ou não e com que características, do movimento docente à greve.

5 - O Conad indica a necessidade de mobilização das AD's e do movimento docente para influir na derrota dos decretos-lei 2036, 2037, e 2045, na semana de 17 a 26 de outubro. Nesse sentido, deverá interagir com a Comissão Organizadora da Praia Grande, que organiza a ida de sindicalistas ao Congresso Nacional, para pressionar pela rejeição dos decretos.

5ª - As AD's de cada estado devem pressionar os parlamentares para rejeitar os decretos e enviar delegações a Brasília, nos dias de votação.

6 - O Conad ratifica a proposta da diretoria de enviar ao Conclat-Praia Grande a mesma delegação que compareceu a S. Bernardo, acrescida dos delegados necessários para completar as oito vagas a que, pelo novo critério de participação, a ANDES tem direito.

A delegação fica portanto assim composta: Luiz Pinguelli Rosa, Wolfgang Leo Maar, Carlos Martins, Flávio Valente, e mais Newton Lima Neto, Edmundo F. Dias, Roberto Martins, Emmanuel Appel e Aloízio Mercadante Oliva (suplente).

Professores na greve geral contra a política econômica do governo

A política econômica do regime diz respeito diretamente aos docentes e a eles cabe integrar-se na luta que se trava no País inteiro pelas suas tranformação.

Nas autarquias federais e estaduais, além da crônica falta de verbas, resultando do arrocho nos serviços públicos à população, escondido sob o eufemístico objetivo de "redução do déficit público", corre-se o risco concreto de eternizar reajustes salariais anuais que, limitados ao máximo de 80% do INPC, na realidade não alcançam sequer a metade da inflação anual.

Nas fundações federais, além do efeito direto do decreto-lei 2.045 — ou qualquer outro sucedâneo — nos reajustes salariais, a aplicação dos decretos-leis 2036 e 2037 colocará a possibilidade concreta de desemprego resultante da rotatividade proposta para as empresas estatais de administração indireta.

Nas particulares, os docentes, já há anos atingidos diretamente pela mecânica de cálculo dos reajustes, sofrem agora duas novas ameaças: a da redução de carga horária, motivada pela impossibilidade demonstrada pelos estudantes em continuar pagando os reajustes de mensalidades completamente em desacordo com os reajustes salariais, e o famigerados "consórcios interuniversitários" que, a pretexto de otimizar os recursos das IES públicas e melhorar a qualidade das particulares, vai reforçar a privatização e colocar claramente a perspectiva do desemprego no setor.

A participação na greve do dia 25 de outubro não é solidariedade aos trabalhadores. É legítima defesa dos professores.

As atividades do Movimento Docente

- *20/10 - Reunião do Fórum da Universidade Paulista para pronunciamento do governador Franco Montoro sobre a questão da Democratização da Universidade. Local: USP — SP*
- *20/10 — Abertura do Congresso da UNE*
- *25/10 — Greve Nacional contra o decreto-lei 2045 e a política econômica*
- *4, 5 e 6/11 — Conclat — Praia Grande*
- *19 e 20/11 — Reunião do Grupo de Trabalho do setor das Particulares*

O Boletim da ANDES passará a publicar periodicamente o calendário do movimento e solicita às ADs que informem sobre os eventos que devem ser divulgados (Encontros, seminários, concursos, etc).

(In) Equação 2024 = 2045 = ARROCHO

GREVE GERAL — DIA 25 DE OUTUBRO